



Anais da Assembléia

Nº 189

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hordácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colação; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hordácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genan, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jólino Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 622/97, que altera a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 17/97, de minha autoria, com o objetivo de autorizar a realização de plebiscito no Município de Areia Branca dos Assis, para que a população decida sobre o desmembramento de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO Nº 2639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 06, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 214/97, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária (05/11).

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, anexação do Projeto de Lei nº 474/97 de minha autoria ao Projeto de Lei nº 371/97, de autoria do Deputado Carlos Simões, por tratar-se de igual teor.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) IRINEU COLOMBO.

REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 552/97, de minha autoria que visa declarar de utilidade pública o Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) JOEL COIMBRA.

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Pesar pelo falecimento de Magali Pereira Molina, funcionária do Ranestado S/A, em 27/10/97.

REQUER ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Barão de Campos Gerais nº 702 - Ap. 101, CEP 80030-400, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wasył Czmyr, ocorrido no dia 04 de novembro do corrente ano na cidade de Curitiba.

Outrossim, solicita da decisão da Mesa seja enviado cópia do Requerimento na pessoa da Sra. Izabella L. Czmyr e família na Rua Professor Sebastião Paraná, 914, CEP: 80320-070 Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) JOÃO TECHY.

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, para a Senhora Maria Deli de Medeiros, Presidente do Sindicato dos Cabelereiros (SINCACES), pela realização do Evento "Cabeça Louca", no dia 04 de novembro de 1997, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) EDNO GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na ata do Poder Legislativo: "Votos de Congratulações e Aplausos" ao senhor Domingos Adir Palú, proprietário de Curitiba Caminhões - Comércio de Veículos, com sede nesta cidade e Comarca, à Rodovia BR-116, Km 105,5, bairro Xaxim.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) CESAR SELEME.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Domingos Adir Palú, homem dedicado também a carreira política, exerceu o cargo de Prefeito Municipal do Município de Mandirituba, no período de 93/96, onde nasceu e onde residem seus familiares e parentes.

Como em todas suas atividades, nesta de administrador e prefeito teve uma atuação exemplar, elevando aquele município da região metropolitana aos mais altos

níveis, desenvolvendo a indústria e gerando fonte de empregos aos seus munícipes.

REQUERIMENTO Nº 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consagração em Ata de Voto de Congratulações à Professora Rosemari L. Kowalczak, pela sua reeleição ao cargo de Diretora do Colégio Estadual Cecília Meireles, desta capital.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência à homenageada - Rua Pedro Eloi de Souza, 1700 - Tarumã - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) JOEL COIMBRA.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 25 de outubro, pais, alunos e servidores das escolas estaduais foram às urnas para escolher os novos diretores de cada unidade. Mais do que um simples ato de opção dos novos diretores, pelo voto democrático daqueles envolvidos intimamente com o funcionamento desses estabelecimentos representa a efetivação do compromisso da administração Jaime Lerner com a democratização da gestão dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

A escolha da professora Rosemari Kowalczak para novamente dirigir o Colégio Estadual Cecília Meireles, vem coroar uma carreira de dedicação, empenho, trabalho e seriedade, ao longo dos anos, prestada à educação em Curitiba, além de evidenciar o prestígio e respeito do seu nome perante a comunidade.

Que a presente proposição enseje votos de êxito e realização deste Poder Legislativo, augurando-lhe uma gestão profícua e empreendedora, à altura do seu caráter e do seu currículo.

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Senhor Rinaldo Dalacqua, Diretor de Marketing do Grupo Spaipa, alusivos ao recebimento do Prêmio "Homem de Marketing Paraná 97", concedido pela revista Marketing - Editora Referência, na data de hoje.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à BR 277 - Km 81,5, bairro Uberaba, CEP 81550-390, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, pela passagem do 43º aniversário de operações da empresa.

A COPEL é uma estatal de fundamental importância para o nosso Estado, visto que ao longo dos últimos 43 anos, a cada dia que passa vem investindo em tecnologia com o objetivo de oferecer serviços de alta qualidade ao povo paranaense.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor Presidente da COPEL, Ingo Henrique Hubert, sito na Rua Cel. Dulcídio - 800 - N/CAPITAL; ao Superintendente Regional de Ponta Grossa, Pedro Augusto Nascimento Neto, sito na Rua Joaquim Nabuco - 184 - Ponta Grossa, demais diretora e funcionário.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações a 5ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária, pela passagem do 33º aniversário do Batalhão de Polícia Rodoviária.

A cada ano que passa a 5ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária vem aprimorando os serviços prestados aos cidadãos que transitam pelas rodovias patrulhadas pelo Batalhão.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Comandante Geral da Polícia Rodoviária Estadual, Major José Cavalim de Lima, sito na Rua Tamoios - 1000 - Vila Izabel, 80320-290 - N/Capital; ao Comandante da 5ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária, Capitão Marcos Lins Condolo, sito na BR 376 - Km 503 - Ponta Grossa-PR e a todos os policiais pertencentes ao Batalhão.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Guarani Esporte Clube, pela comemoração do 70º aniversário de fundação.

Ao longo dos últimos 70 anos o Guarani Esporte Clube vem promovendo diversas atividades principalmente de cunho esportivo e social. Para comemorar a data, a diretoria do Clube está realizando diversos eventos, entre eles, gincana, torneios, jantar dançante e muitos outros.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Guarani Esporte Clube, em nome do Presidente Daniel Albach Tavares, demais membros da diretoria, associados e funcionários, sito na Rua Dr. Joaquim de Paula Xavier - s/n, em Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de Congratulações ao Comando do Posto Policial Rodoviário de Rolândia, inaugurado no final do mês de outubro, do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A região onde está inserido o importante município de Rolândia, no interior do Estado, vinha reivindicando a instalação de um Posto Policial Rodoviário, há muitos anos. Vale destacar aqui a sensibilidade da Polícia Militar do Paraná, através do Comando de Policiamento do Interior, que junto com o Batalhão de Polícia Rodoviária, atenderam os reclames da população da região. Inaugurando no final de outubro deste ano, o novo Posto Policial Rodoviário, localizado na PR-986 - Km 001, em Rolândia, foi entregue ao comando do Sargento Gilberto Alves Pinto, um dos melhores quadros da nossa Polícia Militar. Foi duplamente feliz a decisão do Batalhão de Polícia Rodoviária quando atendeu os apelos da região, instalando aquele posto, e ao designar para comandá-lo o já citado policial rodoviário. Certamente o policiamento ostensivo, ainda a melhor prática para coibir qualquer tipo de delito, dará maior segurança ao tráfego de veículos na região do Município de Rolândia. Mais que atender acidentes, que infelizmente são inevitáveis apesar do trabalho diuturno dos Policiais Rodoviários, este Posto Policial localizado no Contorno Norte de Rolândia desenvolve um trabalho de fiscalização e principalmente, de orientação aos motoristas. É através da prevenção, que se consegue com educação, que este Posto Policial Rodoviário de Rolândia, e todos os outros pelo interior do Paraná, atingirá seu principal objetivo: a redução do número de acidentes e de vítimas. Como incentivo ao trabalho destes policiais que atendem o posto de Rolândia, na figura de seu comandante, o Sargento Gilberto, registramos nesta Casa de Leis, estes Votos de Congratulações.

REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná, na pessoa de seu Comandante, Major QOPM, José Cavalin de Lima, em comemoração aos 33 anos de criação desta unidade da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes arriscando a própria vida, uma característica do trabalho dos Policiais Militares, os homens que fazem parte do valoroso Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná passam ainda por um risco extra, pois estão nas estradas os marginais mais perigosos, que em fuga dos locais onde cometeram crimes, cortam nossas rodovias armados e dispostos a tudo em busca da liberdade em outras paragens. E cabe a estes policiais, pais de família, barrá-los em nome da proteção da comunidade paranaense, das outras famílias que descansam sossegadas enquanto os Policiais Rodoviários do Estado garantem a sua segurança.

Cabe também ao Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná, o disciplinamento do tráfego de veículos, a vistoria de cargas e o trabalho mais penoso, o atendimento aos acidentes nas estradas. Mesmo acostumados a esta rotina, quantos policiais já não se emocionaram quando tiveram que socorrer vítimas ou comunicar o falecimento de alguém aos seus familiares? Estes homens precisam ser fortes, tentar ficar acima do sofrimento humano para poder desempenhar suas funções. Preparados na Escola da Polícia Militar do Paraná, lidam com a tragédia, com o inesperado para aqueles que se envolvem num acidente.

Nesse sentido, vale destacar aqui o importante trabalho de educação do motorista, de prevenção de acidentes que nossos homens do Batalhão de Polícia Rodoviária desenvolvem diuturnamente pelas estradas estaduais. Por isso, nas comemorações aos 33 anos de existência desta unidade, prestamos nossa homenagem, que se possível seria para cada um de seus membros, mas diante da impossibilidade, registrarmos na condição de Deputado eleito pelo povo do Paraná, a gratidão em nome dos paranaenses, ao atual Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar do Paraná Major QOPM José Cavalin de Lima, pelo trabalho que todos os seus comandados realizam em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Sr. Antonio João Monteiro de Azevedo, Presidente eleito da Associação Brasileira de Agências de Viagens-PR, assim como aos demais membros eleitos e que tomaram posse na data de ontem, 04.11.97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Presidente eleito, Sr. Antonio João Monteiro de Azevedo, para que receba e transmita a todos os demais membros eleitos, os cumprimentos deste Poder Legislativo, por intermédio do Deputado subscritor do presente.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O empresário Sr. Antonio João Monteiro tomou posse como Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens-PR, fato este de maior relevância, pois representa o reconhecimento do setor abrangido pela entidade. Efetivamente seu nome está intimamente ligado ao crescimento da Associação mercê ao trabalho desenvolvido em busca da maior interpretação empresarial e do fortalecimento da classe, que em seu conjunto exerce um papel preponderante no próprio desenvolvimento e modernização do Paraná, no que concerne a projetos e execuções e planejamentos de viagens.

Vivemos uma época em que as dificuldades se multi-

plicam, desafiando os homens de Agências de viagens que se debatem pela sobrevivência do setor.

Sobre a entidade pesam, em momentos como estes, tremendas responsabilidades. Temos certeza que a nova Diretoria presidida por Antonio João Monteiro e todos os seus novos companheiros haverão de levar a bom termo a tarefa a que foram incumbidos.

REQUERIMENTO Nº 2638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Cruz Machado pelo transcurso do seu 46º aniversário de emancipação política, no próximo dia 14 de novembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ricardo Wierzbicki, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Leonor Presznhuk, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta oportunidade, homenagear através do Poder Legislativo do Estado do Paraná, toda a população do Município de Cruz Machado, que no próximo dia 14 de novembro estará comemorando com muito orgulho seus 46 anos de emancipação política.

Com este voto homenageamos também seus administradores de todos os tempos que não mediram esforços em prol do crescente progresso do Município. Pois, a união do povo e administração municipal juntamente com a representação estadual é que dão impulso ao desenvolvimento.

Renovamos, portanto, nossa gratidão à população de Cruz Machado cumprimentando a todos no transcurso de seus 46 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Alberto Rebello Valente, de Ponta Grossa, à Professora Janesley Werner.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Edison Pietrobelli, de Ponta Grossa, ao Professor Paulo Ribeiro.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Arnaldo Jansen, de Ponta Grossa, ao Professor Lourival Silva.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, de Ponta Grossa, ao Professor Rylido Ressetti.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Nossa Senhora da Glória, de Ponta Grossa, ao Professor José Kasnodzei.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual Polivalente, de Ponta Grossa, ao Professor Célio de Moura.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual João Ricardo von Borell du Vernay, de Ponta Grossa, ao Professor Luis Alberto Guimarães.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual Dr. Epaminondas Novaes Ribas, de Ponta Grossa, ao Professor José Edilson Pereira dos Santos.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual General Osório, de Ponta Grossa, ao Professor João Antonio das Chagas.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual Menelau de Almeida Torres, de Ponta Grossa, ao Professor Silvino Martelo.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio

de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa, ao Professor Claiton Antonio Bentivenha.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Colégio Estadual Profª Elzira C. de Sá, de Ponta Grossa, ao Professor Sebastião de Rocco.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor do Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez, de Ponta Grossa, ao Professor Antonio Josué Junior.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Linda Bacila, de Ponta Grossa, ao Professor Miguel Dombrowski.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Eugenio Malanski, de Ponta Grossa, ao

Professor Pedro Rogério de Paiva.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Maestro Bento Mossurunga, de Ponta Grossa, ao Professor Evaldo Godoy Filho.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Espírito Santo, de Ponta Grossa, à Professora Elizabete Kosloski.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Frei Doroteo, de Ponta Grossa, à Professora Eliane Weiber.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Monteiro Lobato, de Ponta Grossa, à Professora Carmem de George.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de Votos de Congratulações pela eleição para Diretora do Colégio 31 de Março, de Ponta Grossa, à Professora Iria Viviane Berri.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro próximo passado houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Padre Pedro, de Ponta Grossa, à Professora Rosa Lia Swiech Ligieski.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Prof. Julio Teodorico, de Ponta Grossa, à Professora Rosana Maria Loose.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual João Maria Cruz, de Ponta Grossa, à Professora Anna Francisca Fonseca Taques.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual General Antonio Sampaio, de Ponta Grossa, à Professora Leni Khul de Souza.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Prof. Becker e Silva, de Ponta Grossa, à Professora Odete D'Aparecida Ventura Silva.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Santa Maria, de Ponta Grossa, à Professora Marlei Muller.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual José Gomes do Amaral, de Ponta Grossa, à Professora Mariane Filipovski.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas

fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Sirlley Jagas, de Ponta Grossa, à Professora Ines Elisabete Kubiak.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Padre Carlos Zelesny, de Ponta Grossa, à Professora Nelci Monteiro.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Presidente Kennedy, de Ponta Grossa, à Professora Roseli Vicente Ferreira.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual Prof. Amálio Pinheiro, de Ponta Grossa, ao Professor Werner Eisner.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a respon-

sabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Professor Colares, de Ponta Grossa, à Professora Nezilda Leci Godoy Gonçalves.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretora da Escola Estadual Senador Correia, de Ponta Grossa, à Professora Maria Marques de Souza.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

A professora acima referida foi eleita Diretora pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações pela eleição para Diretor da Escola Estadual José Elias da Rocha, de Ponta Grossa, ao Professor Mario Diógenes Canteri.

Sala das Sessões, em 5.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de outubro p.p., houve eleições para Diretor das escolas públicas estaduais do Paraná.

O professor acima referido foi eleito Diretor pela comunidade. O sucesso do processo eleitoral nas escolas fortalece o princípio democrático na escolha dos dirigentes escolares e, conseqüentemente, a participação e a responsabilidade da comunidade nos destinos da educação em nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos anais da presente Sessão, de votos de congratulações ao Doutor Isami Morita, médico dedicado, que jamais poupou esforços no atendimento aos seus pacientes, merecendo deles, bem como, de toda comunidade nipo-brasileira grande estima e reconhecimento.

Outrossim, requeiro, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

Isami Morita, nasceu no Japão em 20 de abril de 1925, de lá vindo com 7 anos de idade, para residir em Bandeirantes.

Formou-se médico no ano de 1955, trabalhou em Londrina e já em 1960 assumiu o cargo de vice-Diretor da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. Posteriormente passou a Diretor Clínico e responsável do Pronto Socorro São Lucas.

Elegeram-se Vereador pelo Município de Paranaguá, sendo Presidente da Comissão de Educação e Saúde.

Em 1977 recebeu o Título de Cidadão Honorário pelo referido município.

Foi fundador e professor da Língua japonesa da Escola Dominical de Língua Japonesa de Paranaguá no ano de 1985.

Em 1996 foi condecorado com o importante Título "Kungoto Zuihōsho" outorgado pelo Governo Japonês, através do Consulado do Japão.

Merceceu ainda a Condecoração com Grau de Cavaleiro Oficial e Comendador pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração e Medalha da Sociedade Geográfica Brasileira, do Município de Cândido Rondon.

Nada mais justo, que atribuir estes votos de congratulações a este legítimo representante da Colônia Japonesa que tanto contribuiu com o bem social de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Senhora Tânia Regina Bernardon, servidora da COHAPAR de Francisco Beltrão, pelos relevantes serviços prestados aos trabalhadores da Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

LUZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tânia Regina Bernardon, natural de Francisco Beltrão técnica em desenvolvimento social, profissionalmente atua na Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, desde abril de 1986, onde acompanha todo processo de construção de moradias, prestando assistência aos futuros mutuários da COHAPAR.

Tânia é estimada pelos mutuários da COHAPAR de 47 municípios da atuação do escritório regional de Francisco Beltrão, devido a sua colaboração na organização política, através de Associações de Moradores e técnica das famílias candidatas a uma moradia.

Sua atuação não fica centralizada nas atividades sociais profissionais, Tânia atua ainda na Associação Brasileira de Economistas Domésticos - ABEB - Seção Paraná; sócia fundadora do Rotary Clube Francisco Beltrão Marrecas; é membro efetivo dos Conselhos Municipais da Mulher, Habitação e Assistência Social.

Tânia é exemplo de solidariedade e determinação, exerce sua cidadania na plenitude, influenciando homens e mulheres a lutarem por seus direitos.

Pela sua atuação em Francisco Beltrão e na região, é merecedora de homenagens desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Paulinho Daumar, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio da Barra na comunidade de Barra dos Andradas, município de Rebouças, numa extensão de 15 metros. Esta ponte interliga 08 (oito) comunidades rurais com a sede do município, sendo uma das principais vias de acesso dos professores e alunos das escolas de Ensino dos Fazendeiros, Leonardo Krol e dos alunos que estudam no período noturno na sede do município.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do Hospital de Caridade São Pedro, município de Mallet.

Esclarecemos que o referido Hospital é uma entidade filantrópica com certificados de reconhecimento a nível municipal, estadual e federal, estando dessa forma habilitado para receber recursos que serão aplicados em reformas e ampliação, obras necessárias para um bom atendimento.

Esta entidade vem encontrando seriíssimas dificuldades financeiras para sobreviver e manter suas atividades, haja vista há vários anos não recebe nenhum tipo de recurso para melhoria de suas instalações, ficando com o decorrer destes anos, sucateado, arcaico e antifuncional.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à FUNDEPAR solicitando ampliação no prédio do Colégio Estadual Francisco Ramos, do Município de Guamiranga.

Há um protocolo de intenções na FUNDEPAR, protocolizado sob o nº 2.945.742, que, tendo recebido a aprovação por parte do Departamento Técnico, aguarda a liberação de recursos junto ao Departamento Financeiro.

Urge a tomada de tal providência, para que o estabelecimento de ensino possa atender a demanda estudantil no ano letivo de 98.

Esta é uma preocupação que ratificamos, da Vereadora Clarice da Silva Oliveira, do Conselho Escolar e da APM do referido estabelecimento.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, Lubomir Ficinski, solicitando a inclusão de Ponta Grossa no Programa Paraná Urbano.

A capacidade de endividamento do município já foi enviada ao Banco Central, bem como as prioridades já foram formuladas; sendo que ambas foram aprovadas, pela instituição acima citada e pelo Poder Executivo de Ponta Grossa respectivamente.

A solicitação é baseada no fato de que as benfeitorias realizadas através do Paraná Urbano, tendem a beneficiar a população mais carente do município, além do que, Ponta Grossa é uma cidade de grande porte, considerada um pólo regional, tendo assim, que receber investimentos de grande porte para poder sanear suas dificuldades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Jocelito Canto, à Câmara de Vereadores e secretários municipais, sito na Rua Visconde de Tauanay, 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoio: Péricles Mello

REQUERIMENTO Nº 2635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a discriminação das receitas de capital constantes nos demonstrativos financeiros publicados pela Secretaria de Estado da Fazenda referentes aos meses de janeiro a setembro de 1997, e relativos às operações de crédito, alienação de bens, amortização de

empréstimos e transferências de capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Grupo de Concessões de Rodovias, da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a realização de audiências públicas nos Municípios de Medianeira, Matelândia e São Miguel do Iguaçu, para tratar das interseções e contornos da duplicação da BR-277, no trecho Cascavel-Santa Terezinha do Itaipu.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. André Fialho, Coordenador do Programa de Concessões do Anel de Integração.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

As interseções e os contornos são as principais obras do Anel de Integração e devem ser amplamente debatidas com as comunidades atingidas pela mudança no traçado da rodovia. A população em geral, em especial os empresários e comerciantes que possuem empreendimentos e negócios às margens da BR-277, querem maiores esclarecimentos e informações sobre as obras de duplicação do trecho Cascavel-Santa Terezinha de Itaipu. Por isso, solicito o apoio dos Senhores Parlamentares e a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando as seguintes informações:

- Qual o prazo para análise do RIMA da construção da Usina Hidrelétrica de Jataizinho?
- Quando será a audiência pública para debate do RIMA da construção da Usina de Jataizinho?

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Antônio Andriguetto, Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento justifica-se, pois é de extrema importância a democratização do debate sobre o impacto ambiental causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Jataizinho. Para tanto, faz-se necessário a ampla divulgação e a maciça participação da sociedade na audiência pública sobre o assunto. Peço o apoio dos Senhores Parlamentares na aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Prefeito de São José dos Pinhais, ao Diretor Presidente do INFRAERO - Empresa de Infraestrutura Aeroportuária, Prefeito de Curitiba e Secretário de Estado do Turismo e Esporte, para que revejam o local de parada no setor de desembarque do Aeroporto Internacional Afonso Pena, dos ônibus Ligeirinho e Intermunicipal, propiciando conforto aos passageiros que necessitam caminhar sem proteção aos respectivos pontos de parada.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Como Presidente da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Paraná, fomos informados de que os veículos da empresa Auto Viação São José são obrigados a parar fora dos locais apropriados sem proteção e conforto para os usuários, enquanto que há disponibilidade à frente da área de desembarque. Já em relação aos

usuários do Ligeirinho necessitam atravessar a via de acesso ao desembarque e deslocar-se ao relento até a estação tubo.

O usuário merece alternativas para seu deslocamento complementares entre si e que possibilitem o conforto. É uma reivindicação já formulada inclusive pelos empresários do transporte coletivo que encaminharam várias vezes ao INFRAERO suas sugestões.

REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando esclarecimentos que tratam do desenvolvimento de Programas Governamentais no Estado do Paraná, financiados com recursos de empréstimos contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e ao Banco Mundial, especificados nos itens abaixo:

- a) quais os programas financiados por aquelas instituições, seus valores de financiamentos e de contrapartida;
- b) qual o estágio atual desses programas, bem como o cumprimento dos respectivos cronogramas físico-financeiro;
- c) quais desses programas foram renegociados, após janeiro de 1995, e quais as novas condições estabelecidas;
- d) qual a disponibilidade de recursos financeiros desses programas que estão no aguardo de apresentação de contrapartidas por parte do Governo do Estado; e qual o valor de multas contratuais incorridas a título de taxa de permanência.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania solicitando as seguintes informações:

- 1) Existem normas escritas para o procedimento de revistas nos Agentes Penitenciários que exercem suas funções na Penitenciária Central do Estado? Em caso positivo fornecer cópia das mesmas.
- 2) Caso não haja normas escritas quem decide quando e como realizar tais revistas?
- 3) Existe a chamada "revista pelada"? Qual a justificativa para a mesma?
- 4) Quem realiza as revistas? Quem é o responsável pelas mesmas?

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar recebeu denúncia do Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná sobre as revistas a que são submetidos os Agentes Penitenciários que exercem suas funções na Penitenciária Central do Estado feitas de forma degradantes e violentas.

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Esporte e Turismo do Estado do Paraná, fazendo o seguinte questionamento:

Qual o total de recursos públicos, oriundos da administração direta, indireta e empresas estatais, aplicados nos Jogos Mundiais da Natureza, desenvolvidos, este ano, na Costa Oeste do Paraná?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente.

Nos termos do que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado do Governo, Giovani Gionédís, solicitando ao mesmo que informe a esta Assembléia quantas ações da COPEL foram colocadas no mercado de capitais, discriminando a quantidade de lotes e as datas do lançamento de cada um, o valor auferido pelos cofres do Estado em cada lote e qual a destinação conferida a esses recursos.

Trata-se de informação que vem sendo cobrada por diversos cidadãos que querem acompanhar esse processo, sobretudo tendo em vista ser dinheiro público e que, portanto, deve ser aplicado de forma a não deixar dúvidas sobre a lisura desse manuseio.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(aa) EMERSON NERONE
JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Diário da Manhã, do dia 05 de novembro de 1997, na coluna "Opinião" do Jornalista Adail Inglês, sobre o tema "Com as confusões que cria, Jocelito perde tempo precioso para trabalhar", anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.97

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 624/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a determinar ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, a antecipação do repasse do ICMS aos municípios do Estado.

Art. 2º - A antecipação do ICMS, será vinculada ao pagamento do 13º salário do Funcionalismo Público Municipal do ano de 1997.

Parágrafo Único - Os Municípios deverão comprovar a necessidade da antecipação, através de demonstrativo de arrecadação mensal fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda e folha de pagamento Municipal.

Art. 3º - O pagamento de antecipação de receita será realizado em 12 parcelas mensais e consecutivas, através de descontos nos valores a serem repassados ao Município, diretamente pela Secretaria de Estado da Fazenda, com correção de 1% ao mês mais Taxa Referencial - TR -.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, reveste-se de caráter essencial e emergencial, tendo em vista a situação de extrema carência financeira que os municípios do Estado do Paraná, atravessam, não tendo as mesmas condições de arcar com os custos do pagamento do 13º salário do funcionalismo público municipal.

Com a antecipação da Receita do ICMS aos municípios paranaenses, certamente que os mesmos poderão efetivar o pagamento de 13º salário, proporcionando ao funcionalismo um alívio em suas necessidades diárias, mormente em momento de grande dificuldade financeira de

nossa população, ou seja, o projeto de lei presente, tem grande alcance social e econômico.

Desta forma, espera-se a aprovação do projeto de lei, por ser medida de inteira e salutar justiça.

PROJETO DE LEI Nº 625/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um entidade que tem seus Estatutos devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Toledo - Pr., sob n.º 044, às folhas 332 em data de 11.04.1978, inscrita no CGC/PF sob n.º 80.880.230/0001-21.

Há 19 (dezenove) anos vem atendendo a finalidade de proteger e assistir à infância, à maternidade e ao idoso. Mantém a APMI ainda as seguintes entidades sociais Executoras: Creche Alegria Infantil, Grupo de Idosos Bom Pastor, Casa do Trabalho e Clube de Idosos "25 de Julho".

Conforme Relatório de Atividades Desenvolvidas, anexado a documentação que compõe o presente Projeto de Lei, a APMI de Nova Santa Rosa é considerada exemplo de trabalho comunitário, coordenada por voluntários da sociedade responsável e preocupada com o bem comum, merece ser considerada de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 626/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reduzir em até 7% (sete por cento) o ICMS, incidente na comercialização de areia, utilizada na construção de moradias populares, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) TOTI COLACO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que poderá abrir oportunidade para colaborar na solução do problema de moradia em nosso Estado, principalmente para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tributos encarecem sobremaneira os materiais de construção, mormente a areia.

Esse tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo que representará a contribuição do governo, inclusive para incentivar a construção civil, gerar mão-de-obra no setor da busca do atendimento social.

O que se pretende com o presente plano de lei, é a busca de mecanismos legais, para o barateamento deste tipo de material de construção, pois, é sabido que principalmente o Governo Estadual é um dos maiores consumidores e pagadores desta matéria prima. Ocorre que na aquisição deste material o Estado efetiva a tributação do ICMS, pagando-o e só tendo a restituição aos cofres públicos dias e às vezes meses após seu recolhimento. De maneira idêntica ocorre com as Prefeituras Municipais.

A questão habitacional, consubstanciada no artigo 212, inciso IV, da Constituição Estadual, tem como finalidade precípua a formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e auto-construção. Necessário se faz o barateamento dos custos dos materiais para que o sistema possa atender um maior número de famílias carentes.

Ressaltando o caráter meritório da questão, solicitamos o apoio ao Presente Projeto de Lei, dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis e posteriormente ao Governo do Estado, numa tentativa de contribuir com o aumento da construção de moradias populares em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 627/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, a isentar os municípios paranaenses do pagamento do ICMS cobrado na aquisição de veículos e equipamentos para uso exclusivo das Prefeituras Municipais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Além do arrocho financeiro provocado pelo Plano Real, as Prefeituras Municipais tem enormes dificuldades em adquirir bens que possam fazer parte do parque de máquinas.

Com a isenção do ICMS, as Prefeituras Municipais poderão compor melhor seu parque de máquinas, adquirindo veículos e máquinas que vem em melhoria do atendimento aos munícipes.

Este é um clamor dos prefeitos com temos mantido conversações contantes.

PROJETO DE LEI Nº 628/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reduzir em até 7% (sete por cento) o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita utilizada na construção de moradias populares, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que poderá abrir oportunidade para colaborar na solução do problema de moradia em nosso Estado, principalmente para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tributos encarecem sobremaneira os materiais de construção, mormente a pedra-brita.

Esse tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo que representará a contribuição do governo, inclusive para incentivar a construção civil, gerar mão-de-obra no setor da busca do atendimento social.

O que se pretende com o presente plano de lei, é a busca de mecanismos legais, para o barateamento deste tipo de material de construção, pois, é sabido que principalmente o Governo Estadual é um dos maiores consumidores e pagadores desta matéria prima. Ocorre que na aquisição deste material o Estado efetiva a tributação do ICMS, pagando-o e só tendo a restituição aos cofres públicos dias e às vezes meses após seu recolhimento. De maneira idêntica ocorre com as Prefeituras Municipais.

A questão habitacional, consubstanciada no artigo 212, inciso IV, da Constituição Estadual, tem como finalidade precípua a formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e auto-construção. Necessário se faz o barateamento dos custos dos materiais para que o sistema possa atender um maior número de famílias carentes.

Ressaltando o caráter meritório da questão, solicitamos o apoio ao Presente Projeto de Lei, dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis e posteriormente ao Governo do Estado, numa tentativa de contribuir com o aumento da construção de moradias populares em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 629/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Proíbe a venda direta ou através de leilão, de veículos classificados como "sucatas" depositados nos pátios dos Detrans, através daqueles órgãos, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo 1º - Estas "sucatas" deverão ter outra destinação, de modo a favorecer sua utilização em práticas ilícitas penais, como é o caso de "esquentar" veículos produtos de furtos e roubos.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O DETRAN/PR, tem promovido leilões de carros e também de veículos, sem as mínimas condições de uso e/ou de recuperação até, as chamadas "sucatas", que ficam por anos depositados nos pátios do órgão.

Esta prática tem levado alguns comerciantes desonestos a "esquentar" carros "frios", ou seja, de posse da documentação de um veículo totalmente legalizado, todavia, sem condições de uso, "sucata", através de outro veículo similar, procede-se a legalização de um veículo fruto de furto ou de roubo.

Desta forma, compete ao órgão do Departamento de Trânsito dar outra destinação principalmente ao chassi do veículo vendido em leilão como "sucata" para evitar esta prática delituosa que dificulta em muito a abordagem policial.

PROJETO DE LEI Nº 630/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado, a repassar recursos financeiros, aos municípios do Estado do Paraná, para pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, ao funcionalismo público municipal.

§ 1º - Os municípios que possuem população de

Paraná, 1º - Os municípios que possuem população de até 60 (sessenta) mil habitantes (censo IBGE/96), receberão 100% (cem por cento) da folha de pagamento;

§ 2º - Os municípios que possuem população superior a 60 (sessenta) mil habitantes, receberão 50% (cinquenta por cento) da folha de pagamento.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.1997.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Além do arrocho financeiro provocado pelo Plano Real, que "está deixando a maioria das prefeituras em estado de insolvência", segundo os prefeitos, eles começaram a enfrentar um novo tipo de problema que irá agravar ainda mais as finanças municipais; os precatórios trabalhistas herdados de administrações passadas. Na semana de 15 a 19/09, na Assembléia Legislativa, prefeitos, vereadores e deputados discutiram o assunto, revelando preocupação que assola as municipalidades.

Pelo menos 1/4 das prefeituras paranaenses se debatem com o problema, algumas com valores altos de débitos trabalhistas já transitados e julgados e sujeitas à intervenção pelo não cumprimento da ordem judicial. "A situação é realmente muito grave, se os municípios não possuem recursos para atender suas necessidades básicas, muito menos para honrar precatórios.

De outro lado, a recente aprovação da emenda constitucional, aprovada pela câmara federal que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e que retira recursos importantes e consideráveis, estabelecidos em princípios constitucionais, aos municípios.

Art. 5º - A empresa que se aproveitar indevidamente do benefício de que trata esta Lei, por conluio ou dolo, estará sujeita a multa correspondente a 2(duas) vezes o valor do crédito presumido.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Toti Colaco.

O SR. TOTI COLACO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade nesta tarde gostaria até de ter feito o uso do Grande Expediente, porém em razão do nosso Presidente já estar inscrito vou fazer uso do Pequeno Expediente e, vou procurar sucintamente comunicar a Casa inicialmente da entrada de 5 Projetos de Leis que estou fazendo daqui a poucos instantes.

Na Comissão de Constituição e Justiça aonde nós tivemos a oportunidade de debater sobre os Projetos Autorizatórios chegou a conclusão que nós deveríamos continuar elaborando os Projetos Autorizatórios. Até porque houve uma interferência do nosso eminente Presidente Deputado Anibal Khury, e desta feita com a (aquiescência) dos demais membros da CCJ e, muito especialmente do Deputado José Tavares, que é profundo conhecedor da nossa Constituição Brasileira, nós continuamos, evidentemente, procedendo desta forma.

Os Projetos que nós vamos dar entrada em seguida Sr. Presidente, eu vou evidentemente ler a súmula deles e posteriormente, haveremos de fazer um comentário maior com respeito de cada um por ocasião da sua tramitação aqui neste Parlamento.

I - Em nome do Bloco Municipalista. Autorizo o Poder Executivo do Estado, a repassar recursos financeiros aos Municípios do Estado do Paraná, para o pagamento do 13º salário.

Nós já vimos, inclusive, na semana passada já comunicando a Casa da feitura deste Anteprojeto de Lei.

II - Tratasse de um projeto que tenho certeza absoluta que vai ser discutido na CCJ, e tenho evidentemente consciência da sua Inconstitucionalidade. Mas diz o seguinte na sua súmula: Proíbe a venda direta de veículos classificados como sucatas depositados nos pátios das CIRETRANS ou do DETRAN do Estado do Paraná. Este projeto é exatamente para poder dar um parâmetro de que muitos veículos já em desuso são vendidos e posteriormente são colocados, utilizados parte desses veículos para esquentar carros roubados ou furtados em todo o território do Estado do Paraná.

III - Autorizatório. É um projeto que reduz em até 7% a incidência do ICMS, na comercialização de pedra britada utilizada na construção de moradias populares no âmbito do Estado do Paraná e, outras obras do Governo do Estado ou prefeituras, do Poder Público, sendo mais claro.

IV - Projeto verse também sobre: Autoriza o Poder Executivo, melhor dizendo a isentar os municípios paranaenses do pagamento do ICMS cobrado na aquisição de veículos e equipamentos para uso exclusivo das Prefeituras Municipais.

Com a chegada do fim de ano, as prefeituras, de modo geral, encontram-se sem condições para fazer frente ao 13º salário que se aproxima.

Desta forma não se vislumbra outra forma senão a de que os cofres públicos do Estado socorram os municípios membros.

PROJETO DE LEI Nº 631/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido incentivo fiscal à empresa, com estabelecimento situado no Estado do Paraná, que intensifique a produção cultural, através de doação ou patrocínio.

§ 1º - O incentivo fiscal que trata o caput

deste artigo corresponde a 2% (dois por cento) do ICMS a recolher em cada período para doações ou patrocínio de produções culturais de autores e intérpretes nacionais, e 1% (um por cento) para patrocínios de produções culturais estrangeiras.

§ 2º - O desconto só terá início após o segundo mês da data da realização do pagamento dos recursos empregados no projeto cultural pela empresa incentivada e findará quando o total dos abatimentos corresponder ao total investido.

Art. 2º - São abrangidas por esta lei as seguintes áreas:

- I - Música e dança;
- II - Teatro e circo;
- III - Artes plásticas e artesanais;
- IV - Folclore e ecologia;
- V - Cinema, vídeo e fotografia;
- VI - Informação e documentação;
- VII - Acervo e patrimônio histórico-cultural e turístico;
- VIII - Literatura;
- IX - Esportes profissionais e amadores, desde que federados.

Art. 3º - O pedido de concessão do crédito presumido será apresentado pela empresa patrocinadora na Secretaria de Estado da Fazenda que regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

§ 1º - O pedido será indeferido de plano se o contribuinte estiver em débito com o Estado.

§ 2º - Fica vedada a utilização do incentivo fiscal em relação a projetos de que sejam beneficiários a própria empresa incentivada, seus sócios ou titulares e suas coligadas controladas.

§ 3º - A vedação prevista no parágrafo anterior se estende a ascendente, descendente e primeiro grau, e cônjuges e companheiros dos titulares e sócios.

§ 4º - Para poder utilizar os benefícios desta lei, a empresa patrocinadora deverá contribuir com parcela equivalente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do desconto que pretende realizar, na forma que for definida pelo Poder Executivo.

§ 5º - Após o deferimento ser concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda, será o projeto encaminhado ao órgão competente da Secretaria de Estado de Cultura, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ou da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, de acordo com a área pertinente, para que se manifestem com relação à adequação do projeto às áreas de abrangência definidas no artigo 2º desta lei sobre os custos de cada item fase aos padrões correntes do mercado.

Art. 4º - Fica obrigatória a apresentação do projeto cultural no Estado do Paraná.

Este Projeto que é de autoria do Bloco Municipalista, tem por finalidade facilitar as prefeituras municipais a aquisição dos seus equipamentos rodoviários e veículos que utilizam para poder fazer a sua prestação de serviços e é uma solicitação de diversos prefeitos do Estado do Paraná.

O outro projeto, também autorizatório, reduz em 7% do ICMS incidente na comercialização de areia, utilizado na construção de moradias populares no âmbito do Estado do Paraná.

Estes cinco projetos de lei dando entrada hoje. Tem um sexto projeto que está tramitando nesta Casa que versa sobre novas técnicas agrícolas. É um projeto extremamente interessante, já há mais de mês está tramitando nas comissões e que em outra oportunidade haverá de fazer

um comentário mais profundo sobre este Projeto de Lei.

Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa e dos Deputados que representam o interior do Estado do Paraná para alertá-los do que vem ocorrendo com os nossos agricultores.

Mais uma vez os pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná estão sendo espoliados, espoliados pelas confederações da Agricultura e dos Trabalhadores, isto porque a cobrança da famosa contribuição sindical que está sendo feita agora, a nosso ver, é um verdadeiro assalto que está em cima dos pequenos agricultores e desta feita estamos realizando amanhã em Irati o encontro de todos os agricultores, da maioria absoluta de todo o sul e centro sul do Estado do Paraná, com a presença do presidente da FAEP e FETAEP, onde estamos levantando a questão desta cobrança, pode ser legal, mas a nosso ver, imoral, pelo abuso, pelo valor que está se cobrando, muito acima do imposto territorial que se cobra anualmente.

Assim sendo, eram os assuntos que trato nesta tarde, dando entrada nos projetos de lei que acabei de relatar e comunicando a Casa deste encontro em Irati que será realizado amanhã, às 9:30 no Clube Operário. Se alguns parlamentares estiverem passando por lá, com certeza nos honrarão com as suas presenças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ponta Grossa é uma cidade na qual nos orgulhamos de nela ter nascido. Ali passado a nossa infância e adolescência e até no dia de hoje, residir e conviver com os Ponta-grossenses natos, com os paranaenses que nos honraram com o seu domicílio, com os brasileiros que ali chegaram e os estrangeiros que somaram com a família Ponta-grossense para ser realmente uma das principais cidades deste Estado. Não é admissível, Srs. Deputados que alguém que é eleito pela vontade da maioria do povo, de alguém que tenha a condição pela qual se apresente como candidato e vença, inclusive vencendo na última eleição, este Deputado que vos fala, não possa ter o respaldo para administrar uma comunidade e, acima de tudo, ter a presença dos representantes aqui nesta Casa, de uma somatória em favor daquilo que realmente é o benefício de toda uma população.

Assim é que Srs. Deputados, a Câmara de Vereadores na sua maioria ou quase na sua totalidade, endossando um requerimento assinado pelo prefeito de Ponta Grossa e pelo Presidente da Câmara, protocolou na tarde de hoje, junto ao Palácio Iguaçu, vencidas todas as etapas do Paraná Urbano, fazendo valer a representação política de Ponta Grossa, conjuntamente com abaixo assinado das lideranças da Universidade, dos clubes de serviço, dos sindicatos e dos que amam a cidade, reivindicam de S.Ex.^a o governador e mais precisamente Fichinski a inclusão de Ponta Grossa no Paraná Urbano.

Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a vontade de uns poucos que querem segurar o avanço da cidade, que querem dar a sustentação para a nossa universidade que será beneficiada, bem como os trabalhadores que serão agraciados com os investimentos ali auferidos, porque a fábrica de carpet ali vai se instalar. Está inserido o seu terreno na desapropriação com o dinheiro, parte dele, do Paraná Urbano e se esse projeto realmente não for de alcance pelo qual a comunidade deseja, temos a certeza que a cidade é quem perderá e toda a sua comunidade irá sentir os seus reflexos mas hoje, numa reunião com o Presidente desta Casa, homem sensível, homem que tem a sua base eleitoral estendida a todos os quadrantes do Estado, homem que tem a sua transitabilidade no Poder Judiciário, no Tribunal de Contas e principalmente no Poder constituído, através do voto do nosso Poder Legislativo, soma conosco hoje a pessoa do Anibal Khury, uma pessoa ímpar que faz valer os reclames da comunidade, pelas assinaturas que apresentamos e por aquilo tudo que é representado nesse documentos, o Anibal Khury, homem desprendido, já antecipou que Ponta Grossa será incluída no Paraná Ur-

bano sim, Srs. Deputados com ou sem vontade de alguns poucos.

O SR. PÉRICLES MELLO - V.Ex.^a, me concede um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Concedo com muito gosto, usando o horário da Liderança do PDT.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Zuk. Quero me solidarizar e cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Acho que os interesses de Ponta Grossa estão acima de quaisquer divergências políticas que por acaso ocorram entre nós com relação à prefeitura. O nosso papel é defender a nossa cidade que ao longo de tanto tempo foi esquecida por sucessivos governos em muitas questões, independente se houve ou não falha da prefeitura.

Nesse sentido quero apor minha assinatura ao seu documento e me solidarizar com o seu pronunciamento. Não é possível que Ponta Grossa fique à margem de um programa tão importante como é o Paraná Urbano.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sabíamos que a sua postura não seria outra se não fosse essa, Deputado. Nós também estivemos em posições distantes com o atual prefeito, principalmente na última eleição, mas hoje comungamos no interesse de Ponta Grossa, interesse esquisito, Srs. Deputados.

Existem em Ponta Grossa diversas obras que foram realizadas, obras que nós sabemos canalizadas principalmente por um dos Secretários que compõem a equipe do Jaime Lerner, obras como as escolas estaduais que estão sendo construídas para milhares e milhares de filhos de Ponta-grossenses e a oportunidade pela qualificação técnica que terão no futuro, no aprendizado profissional. Este homem levou recursos para as creches, mais precisamente para as creches do Sabará e do Jardim Maracanã. Esse homem levou a construção da Usina do Conhecimento. Esse homem ajudou na construção da penitenciária industrial e na penitenciária que lá vai ser construída. Esse homem, junto com a Fanny Lerner levou a sopa à Ponta Grossa, este homem está já diuturnamente brigando por Ponta Grossa, chama-se ele Augusto Canto. Infelizmente Sr. Presidente e Srs. Deputados, alguém alheio ao interesse da cidade, alguém personalista e com má vontade, alguém que é egocêntrico e centraliza a si todos os benefícios do Governo do Estado na cidade e na região, que é uma mentira, vai chamar o Secretário Augusto Canto de Ponta Grossa, um homem que lá nasceu, um homem que tem no seu avô o no seu pai lá a sua descendência, um homem que casou com uma Ponta-grossense, um homem que briga pela cidade, ser chamado de "alienígena".

Ontem e hoje estou publicamente pedindo desculpas por aquele palavrado injurioso de pessoas despreparadas e de um partido que nunca deveria ter sido mero instrumento da vontade de alguns poucos em detrimento de uma comunidade.

O Secretário Augusto Canto, com este Deputado que vos fala, a pedido do Governador do Estado foi tentar atrair o Prefeito de Ponta Grossa para as suas fileiras. Em nenhum momento o Secretário Augusto Canto, esse Deputado indicou ao Prefeito qual o partido que ele fosse se filiar. Espontaneamente o Prefeito escolheu o partido. De pronto. Porque eu aprendi com o Anibal Khury e com os grandes políticos deste Paraná, como Ney Braga, "política se faz somando para dentro e não varrendo para fora". Pessoas que não tem tradição política, que não tem formação cultural e espiritual e que não frequentaram a universidade por falta de competência, disseram de pronto: aqui não entra. Ele só tinha demonstrado o interesse desta filiação não tinha se definido coisa alguma, mas nós sabemos que o interesse da cidade colocado acima do interesse partidário, o Prefeito se predispôs a conversar com o Deputado Anibal Khury e com este Deputado Luiz Carlos Zuk.

Conversamos hoje e o resultado desta conversa foi que o Prefeito permaneça por enquanto até se assentar a

poeira aonde ele se encontra, e mais um pouquinho para adiante nós voltaremos junto ao Prefeito, a comunidade, junto ao Presidente Aníbal Khury, para fazer o que é melhor para a Cidade de Ponta Grossa.

E não poderia Srs. Deputados e Sr. Presidente, neste horário aqui que nós estamos usando, para com as mentiras, até agora eu não falei nada lá em Ponta Grossa mas vou começar a falar. Não tenho emissora, mas tenho horário disponível em qualquer uma delas, não tenho e não pago jornal, mas tenho um espaço em qualquer um dos jornais da cidade, não para mentir que o que acontece, ir na Secretaria saber o que vai ser instalado em Ponta Grossa, o que vai ser construído na região dos Campos Gerais, e eu menti, não para a população, menti para mim mesmo porque fui eu que levei, não existe. Existe um plano de Governo, um assentamento de investimento, uma descentralização de indústria, a qual a próxima indústria a ser instalada em Ponta Grossa, é uma indústria que o Prefeito, a sua equipe e o Secretário de Indústria e Comércio está trabalhando há mais de 6 meses. É uma indústria que vai ter a matéria-prima ali do Klabin.

E hoje por coincidência, sentado na mesma mesa do Presidente Aníbal Khury, lá se encontrava um dos juristas que trabalha na indústria Klabin e disse: a indústria realmente vai para Ponta Grossa.

Amanhã, pasmem Srs. Deputados, Sr. Presidente, alguém vai para o rádio, para a televisão, para o jornal e diz: nós trouxemos a indústria tal, em detrimento de um trabalho, de um contato, de uma perseverança, de propósito o que é realmente instrumentar Ponta Grossa e melhorar o seu parque industrial.

Chega de mentira! Vamos falar a verdade, Senhor Presidente, política é no outro ano. A eleição só começa depois das convenções municipais. Cada Deputado, como eu, deve ser suficientemente homem, responsável, para deixar fazer o jogo político na hora apropriada, não agora, em uma hora antecipada que só prejudica a comunidade.

Chega de mentira! Já perdemos a eleição em Ponta Grossa por mentira. Hoje não queremos perder o respeito da comunidade por mentira. E, queria concitar o comitê de imprensa aqui presente, nunca falamos, nunca mentimos, nunca fizemos peregrinação nas Secretarias para pegar release do Governo e dizer que é investimento nosso. O investimento é do Governo do Estado do Paraná, através de todos os reclames dos Senhores Deputados em cada domicílio que um pertence.

O Péricles, não tem desacordo nenhum com a cidade. O Péricles soma com a cidade.

E, eu queria neste instante dizer ao Deputado Plauto Miró Guimarães, o qual apoiei na última eleição, deixe para fazer o jogo político depois da convenção, e agora vamos ajudar a Cidade de Ponta Grossa levando o Paraná Urbano e as outras obras reclamadas pela cidade.

Tenho a certeza que o Plauto, vai somar conosco, porque sei da índole, conheço ele, apoiei ele, e hoje temos que apoiar a Cidade de Ponta Grossa.

Falava em jornal, vejam os Senhores que temos dois jornais na cidade, um deles o Diário da Manhã, que infelizmente em uma das últimas vezes da imprensa de Ponta Grossa, foi ele acusado por uma firma de ter, realmente, de uma mortandade de peixes, ter sido ele a causa identificação daquela morte dos peixes do Rio Pitangui. Mas, não acompanhou aquela nota feita contra o jornal que existiram três matérias, em uma primeira fazendo suposição de alguns que poderiam ser os responsáveis pela contaminação da água. Uma segunda matéria também neste caminho, e uma terceira matéria também neste sentido. E esta empresa se reportou tão somente à primeira matéria.

Venho também publicamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer de que o Diário da Manhã, é um órgão independente e sempre apontou, inclusive, contra mim, sempre apontou nos seus artigos das suas críticas, e principalmente nas suas escritas, que a verdade sempre tem que ser apontada. E a verdade da mortandade de peixes foi da SANEPAR de Ponta Grossa que despejou um — no afluente do Rio Pitangui, uma das suas lagoas de decantação e cometeu aquele crime ecológico, apontado através de um laudo do IAPA assinado por aquele responsável.

Por isso, Senhor Presidente, tenho a certeza absoluta que os investimentos, que as obras, que os recursos, Ponta Grossa terá sempre, mas nesta Casa a partir de hoje não vou deixar mais mentirosos usarem obras do Governo, dizendo que são suas. E lá na Cidade de Ponta Grossa irei apontar aqueles, mesmo sendo amigo, que trabalham contra a cidade, que vão nas Secretarias ou vão onde puderem segurar a cidade. Ninguém segura Ponta Grossa! O Prefeito é transitório, tive a honra de ser Prefeito daquela cidade, tem a honra, hoje, Ponta Grossa de ter um Prefeito que tenta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer alguma coisa pela cidade.

Venho neste instante dizer a você meu Paraná que, Ponta Grossa vai entrar no Paraná Urbano, vai ter mais indústrias, como essas, já apontadas, e vai ter a presença do Governo do Estado, não por mão de Partido, nem por Deputado, mas pelo que ela tem contribuído com o Estado e a Nação. Quanto arrecadaram na cidade nestes anos? Quanto estão faltando com a cidade? E, quanto teremos a oportunidade de cobrar pela cidade? Por isso, meus Deputados, estou ali, e agora com a assinatura do Péricles no requerimento me somando à assinatura da Câmara de Vereadores na sua quase totalidade, das lideranças da cidade por todos os segmentos e mais o Deputado Péricles e o Deputado Zuk, pedindo que vocês aprove o requerimento da inclusão, porque já temos o aval do Líder do Governo Valdir Rossoni e do Líder em exercício Ademar Traiano que somam conosco porque no nosso Paraná não há discriminação, há isso sim, alguém que tenta puxar o tapete e o povo no dia de amanhã puxará o seu tapete pela má conduta na representação pública.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sábado passado teve uma caminhada na Rua XV de Novembro, na nossa Capital, do Fórum contra a Violência Policial. Aquela caminhada era um pedido de justiça e um pedido de punição aos criminosos que continuam soltos enquanto os familiares das vítimas lutam por esta justiça. Estavam naquela caminhada os familiares de Rafael Zanela, 20 anos, estudante, executado por policiais civis, quando se dirigia a um jogo de futebol; familiares de José Henrique Zononcini Lins, 18 anos, estudante, assassinado por um cabo da Polícia Militar com um tiro de escopeta, porque teria "furado" o sinal vermelho; familiares e amigos de Carlos Alberto Culpi, 18 anos, serralheiro, assassinado por dois policiais civis no momento que deixava a residência da sua noiva; familiares de Luciano Salkovski, 20 anos, estudante, assassinado por um Tenente da Polícia Militar; familiares e amigos de Luís Antônio Ferraz, 30 anos, motorista de caminhão, assassinado pelo Tenente da Polícia Militar que matou Luciano Salkovski, um policial que já cometeu dois crimes; familiares de Luciane Chaerki, 28 anos, veterinária, a imprensa divulgou que teria sido assassinada por um policial. A polícia, por sua vez, diz não saber quem executou a veterinária. Familiares e amigos de Natalino do Nascimento Brandão, 59 anos, assassinado por policiais militares no dia 19 de outubro de 1997, quando se dirigia à casa de sua filha.

E também quero lembrar que no ano passado foi assassinado na Rua Riachuelo um cidadão por um outro policial, do qual os familiares não estão presentes. E, domingo caminhando pela Vila São Pedro, encontrei o pai de um rapaz que foi assassinado pela Polícia Militar do Estado do Paraná. Todos estes crimes ocorreram aqui na nossa Capital e estas pessoas foram para a rua pedir justiça, para pedir o fim da impunidade porque não podem homens que estão para proteger a sociedade, matar e executar pessoas sem, às vezes sequer, nem prisão administrativa. A nossa sociedade, o nosso Estado tem sido envolvido constantemente por violência, ainda o final de semana passado foi assassinado uma jovem, por engano foi assassinada, na Cidade de Araucária com 18 anos, assassinada quando estava visitando uma amiga que por acaso tinha acabado de

separar-se do namorado, e esse na intenção de matar a amiga matou essa jovem; que aliás o assassino já tem também um irmão com passagens policiais por assassinato na semana anterior de um outro jovem de 16 anos.

Essa avalanche de violência que tem cada vez aumentado e adquirido mais força na nossa sociedade tem que ter os nossos governantes pulso firme no combate a esta violência crescente. Mas quero dizer que cabe também a esta Casa, a este Parlamento tomar posições firmes contra a violência que tem aumentado, principalmente na defesa dos direitos humanos que deve investigar e pedir a apuração de todos os crimes. E quero aqui em meu nome, porque não discuti com os companheiros da Bancada do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente, quero pedir que reveja a questão da presidência da Comissão de Direitos Humanos, porque na época que foi designado o Presidente José Tavares foi porque o PMDB não tinha sido contemplado com nenhuma vaga para Presidente. A Comissão foi composta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Deputado que ocupa a presidência não está mais no PMDB. Portanto, aquela atenção foi dada ao PMDB já não tem mais uma vez que ele saiu do Partido. E também gostaria que esta Casa, mais especificamente os membros dessa Comissão, revessem, respeito profundamente o Deputado Alborghetti, mas revessem a posição de vice-Presidente dessa Comissão ocupada pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qual a linha ideológica que impinge em seu programa e dessas tribunas pregando a pena de morte não é a melhor indicação para fazer parte de uma Comissão de Direitos Humanos um cidadão, ou um Parlamentar que defende a pena de morte. Desejo que seja punido todos os crimes, todos os assassinos, todos os executadores, seja policiais ou não, desejo ação concreta, efetiva e ativa da Comissão de Direitos Humanos. Mas essa Comissão tem que trabalhar, e acho que ela não está trabalhando como deveria, e não pode ter no seu corpo, discordo da linha política adotada pelo Deputado, respeito, mas não pode ter no seu corpo quem defenda pena de morte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, deputado Gaíto Quintana.

O SR. GAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Temos sistematicamente falado nesta Casa a respeito do problema de agricultura, de dívida de agricultores, e como uma deixa em razão de ter recebido cópia de uma carta enviada ao Secretário da Agricultura e ao Governador do Estado do Paraná por uma senhora que conheço, conheço a sua família, a situação e o seu amor pela família na condição de filha de um velho pioneiro na Região Sudoeste do Paraná, uma senhora inteligente, casada com um Pastor Evangélico. Mas vou omitir aqui o seu nome e o nome do seu pai, porque essa carta ela deve ter chegado ao Secretário da Agricultura e ao Governador, mas através da Assembleia também vou enviar para mostrar como nós estamos vivendo na agricultura.

Venho através desta lhe pedir ajuda ou pelo menos o mínimo de respeito por uma classe massacrada pela Plano Real e pelas injustiças cometidas pelo nosso BANESTADO. Isso não está dizendo para mim, está dizendo para o Secretário e para o Governador.

Seu filho de agricultor e suinocultor, que tinha parceria na criação de suínos com trinta pequenas famílias de agricultores. Eles criavam leitões e nós comprávamos para engorda, com o reaproveitamento do esterco adubávamos a terra para o plantio, criávamos gado semi-confinado, mas tudo isto está acabando.

Com os baixos preços de suínos há mais de dois anos e os altos preços de insumos, milho e farelo de soja, como de seu conhecimento, tivemos de diminuir a produção, pois ficamos sem capital de giro.

Meu pai vendeu o seu único carro de passeio para continuar tudo novamente: comprar leitão, criar gado e plantar milho. Mas o pior estava para acontecer, o trator e o distribuidor de esterco estavam dentro do Programa Pánela Cheia, que não deu para pagar as parcelas e, com isso,

o Banco BANESTADO se achou no direito de fazer busca e apreensão dos mesmos. Estão essas máquinas no pátio de um posto de gasolina, ao tempo e sem uso, enquanto nós mais uma vez tivemos que diminuir ou quase acabar com a produção de suínos e de gado. Adubar e plantar, como? Se tiram nossas ferramentas e o meio ambiente que também está sofrendo! O que fazer?

Senhor Secretário, às vezes me pergunto: vocês governantes sabem que Estado ou País estão governando? Não é possível que vocês não saibam das injustiças cometidas com uma classe tão sofrida, quanto a do agricultor, e nada fazem para ajudá-lo.

O que faremos? Como pagaremos nossas dívidas, se estão nos tomando as máquinas, das quais necessitamos diariamente para continuarmos a trabalhar e a produzir?

Não sehe justo, que depois de cinquenta anos de trabalho, meu pai acabe embaixo de um lona, pois se assim continuar o Banco BANESTADO nos tira até a terra, que está empenhada na dívida do trator.

Senhor Secretário, por favor verifique a situação, não somos os únicos e, sim, uma classe toda.

Atenciosamente...", assina essa senhora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta carta, Deputado José Maria, me tocou, porque ela é o retrato do que se faz com a agricultura no dia de hoje. Procurem passar, os Senhores, por um pátio de qualquer banco, qualquer instituição bancária, mesmo nos bancos oficiais, como o Banco do Estado do Paraná, e vejam a quantidade de trator, de seifadeira, de arado, de adubadeira, de máquinas para espalhar veneno na lavpura, que estão no tempo. Retiradas do agricultor e ficam ao ar livre, sofrendo chuva, sol, enferrujando, estragando, e ficam dois, três, cinco anos, e dificilmente são arrematadas num leilão, e são arrematadas por um preço vil, porque as máquinas já estão completamente destruídas.

Então, acho que aqui tem uma pergunta muito importante feita pela filha de suinocultor: trabalhar como? Se estão nos tirando o equipamento necessário para o trabalho. Quando vamos pensar de readquirir de um agricultor, isso se eventualmente pensamos em manter essa classe, receber de volta, se ela está perdendo o equipamento de trabalho, o crédito bancário e na sequência perde a sua própria terra.

Acho que alguma coisa tem que ser feita Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para minimizar a situação que vivemos, hoje, na agricultura nacional e que não é diferente no Estado do Paraná.

Espero encontrar saídas para situações semelhantes a essa e lamento profundamente no dia como esse, de ter em mãos uma carta como essa, de ter visto na Assembleia Legislativa, no dia de ontem derrubarem o requerimento de urgência a um projeto de minha autoria, que exatamente tenta diminuir o impacto financeiro dos agricultores que securtizaram dívidas do Programa Pánela Cheia. Não é nem votar o mérito. Não é nem discutir. É derrotar um requerimento de pedido de urgência única e exclusivamente por ele ter sido feito por um Deputado de Oposição.

Acho que para a vida do agricultor do Paraná, daquele que está em dificuldade, que precisa de um pedaço de terra sustentar a sua família, não existe coarcação partidária, não existe crença religiosa nem fanatismo político ou esportivo. O drama é de todo mundo, tanto faz dos agricultores de Situação como dos de Oposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concede a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que as brincadeiras fazem parte do nosso cotidiano aqui na Assembleia e hoje alguns companheiros nossos ainda dizem: "O Rossoni avisou que ia fazer o discurso ontem e você fugiu da Assembleia no dia de ontem". Na realidade não fugimos daqui, foi um fato lamentável que nos obrigou a nos ausentar da sessão. Inclusive participei disso ao próprio Deputado Rossoni, que não poderia aqui estar para guir, caso o fizesse, o pronunciamento a respeito dos empréstimos do Governo do Estado.

A nossa ausência se deve ao falecimento do vice-Prefeito de Rio Branco do Ivaí, o companheiro Edson Borba Carneiro, pessoa ligada à história política do Estado do Paraná, já que era sobrinho do tradicional e famoso político, Ari Borba Carneiro.

Então tivemos que nos deslocar até a comunidade de Rio Branco do Ivaí, para participar do sepultamento do nosso companheiro, amigo e vice-Prefeito daquela cidade.

Mas, em não tendo aqui comparecido, e tendo tomado conhecimento daquilo que afirmou o Deputado Valdir Rossoni, entendo que há necessidade, para que possamos, de uma vez por todas, dirimir estas dúvidas quanto aos empréstimos que estão à disposição do Governo Estadual, quanto à questão do pagamento ou não da taxa de permanência, quanto aos valores que foram contratados, quanto aos valores que já foram liberados, entendo que há a necessidade, para que este Parlamento fique sabendo, de uma vez por todas, onde está a verdade verdadeira dos fatos!

E que para isso aprovemos um requerimento que apresentamos à Mesa no sentido que se enderece ao Secretário das Finanças, Doutor Giovanni Gionédis, um expediente para que ele nos forneça o detalhamento, que ele faça a discriminação de todos os recursos contabilizados na rubrica de receitas de capital. Porque segundo afirmou o Deputado Valdir Rossoni, em contraposição aquilo que afirmávamos, que o Governo do Estado não deu entrada, em seu caixa, no ano de 97, de nenhum centavo a título de operação de crédito. E a alegação do Deputado é que houve ingresso de recursos a título de operação de crédito, só que não está na coluna de operação de crédito, está na coluna outras receitas de capital. E sabemos que as receitas de capital pode, evidentemente, incluir as operações de crédito, tanto as operações de crédito interna, como as operações de crédito externas.

Como podem incluir as receitas fruto de alienação de bens patrimoniais, como imóveis, como ações, e como não sabemos, até hoje, em números oficiais do Governo, quanto se apurou com a venda das ações da COPEL, o que se apurou com a venda de imóveis, com a alienação de imóveis, por exemplo, o que se contabilizou com dividendos, e muito menos o que ingressou no Tesouro Estadual, fruto de operação de crédito, acho necessário que tenhamos essa informação oficial da Secretaria da Fazenda para dirimir todas as dúvidas. Porque em anos anteriores, quando se publicava no Diário Oficial o demonstrativo da Receita e da Despesa, fruto dos balancetes mensais, - que é uma obrigação do Governo publicar e ele tem publicado - lá se

discriminava: operações de crédito, alienação de bens de imóveis, e hoje não sei porque razão, tudo isso está agrupado na coluna outras receitas de capital, criando a cada um de nós a incerteza, a dúvida, o não conhecimento do que o Estado arrecadou com venda de bens patrimoniais, ações, bens de imóveis, alienação de imóveis, e o que entrou de receita, fruto do ingresso de operações de crédito, porque no balancete publicado - temos uma Planilha aqui -, aparece em todos os meses, desde janeiro até agora, "zero" de operações de crédito. Na coluna outras receitas sim, aparece.

Agora, gostaríamos que isso fosse esclarecido, porque temos uma versão, para isso, o Deputado Rossoni apresentou uma outra versão, evidentemente permanece para nós a dúvida se houve ingresso de recursos, fruto de operações de crédito ou não. O próprio Deputado Valdir Rossoni também admite, quando fala em taxa de permanência, que o Governo do Estado paga taxa de permanência. Ele até faz uma afirmação de que seria um dispositivo constitucional. Quero crer que não seja constitucional, talvez seja contratual, porque é evidente, que ao se estabelecer e se firmar um contrato, nele vai estar estabelecida a taxa de permanência, que é justamente para remunerar o agente financeiro, caso o dinheiro seja colocado à disposição do tomador e ele não retire esse dinheiro. É como se fosse uma multa. E as informações que temos é de que o Governo do Estado estaria pagando taxas de permanência, quem afirma isso são os Senadores da República, que obtiveram evidentemente essas informações no lugar competente.

O Sr. Ademar Traiano - Deputado Pessuti, apenas para justificar o assunto que Vossa Excelência traz à tona nesta tarde e já foi fruto de discussão em outras sessões.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, tem em mãos todas as informações necessárias para Vossa Excelência. E gostaria apenas de fazer um registro de sua não presença nesta tarde, em função de uma reunião com todo o Secretariado e o Governador, e com certeza no dia de amanhã ou quem sabe na segunda-feira, o Deputado Valdir Rossoni, poderá expor amplamente e trazer ao conhecimento de Vossa Excelência e desta Casa, todos os dados que Vossa Excelência considerar importante para que se torne claro e evidenciado toda a ação do Governo com relação ao assunto que Vossa Excelência levanta nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e evidentemente nós, como temos um bom relacionamento com o Líder do Governo, temos conversado diariamente a respeito de muitas coisas, evidentemente aguardaremos o retorno dele à sessão plenária no dia de amanhã, para discutirmos mais amplamente isso.

No nosso entendimento há a necessidade do Governo nos mandar uma informação discriminada do que é que compõe estas Receitas de Capital. O que é que está compreendendo estas Receitas, para sabermos se houve ingresso ou não de operações de crédito.

Senhor Presidente, estamos também com outro requerimento, pedindo informações ao Secretário de Esporte e Turismo, de quanto se gastou nos Jogos da Natureza, porque hoje, lendo os jornais, principalmente a "Folha de Londrina", vemos aqui uma vasta notícia dizendo: "Governo não paga e hotéis cobram a dívida". Quer dizer, o Governo ainda não pagou a conta dos Jogos da Natureza.

E aqui há uma reportagem bastante extensa, já estamos com o horário bastante esgotado não vamos aprofundar. Mas o que nos leva a insistir nesse pedido de informações de quanto custou é que o Governo diz que foi 31, estamos dizendo que foi mais de 80, o pessoal do sindicato dos hotéis diz que foi 71, outros dizem que foi 40 e pouco.

Então, esta Assembléia tem que saber quanto se gastou nos Jogos da Natureza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

Ocupo a tribuna para registrar um fato que considero importante e até histórico para a vida do Paraná que ocorreu na quinta-feira última, semana passada portanto, exatamente aqui nesta Casa.

Foi instalada e colocada em funcionamento de pronto a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Certamente uma antiga reivindicação da sociedade paranaense e certamente vai se transformar num fórum permanente de debates e discussões e apurações de qualquer tipo de violação dos direitos dos cidadãos.

Revestiu-se de maior importância o evento pela presença física do Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury que deslocou-se de seu gabinete para prestigiar o evento e colocar toda a estrutura funcional da Casa à disposição dessa Comissão.

Certamente presidida por um homem de larga experiência na atividade policial como Delegado de Polícia na Cidade de Londrina e em outras cidades da região, que prestou no passado como policial um grande serviço à sociedade paranaense e até mesmo ao País e continua prestando esses serviços aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao povo paranaense o Deputado José Tavares.

Fui autor quando cheguei nesta Casa, de um dos projetos de lei que previa a criação da Comissão dos Direitos Humanos. A Bancada do PT apresentou uma proposta exatamente no mesmo sentido e certamente outros Parla-

mentares apresentaram proposta para a criação dessa Comissão de Constituição e Justiça. Quero registrar porque considero histórico inclusive o momento principalmente pela ênfase, pela importância que foi dada a essa Comissão, por todos os Parlamentares e particularmente pelo nosso Presidente da Casa, Anibal Khury.

A Comissão começou de pronto trabalhando em cima de um tema polêmico que está ocorrendo e continua gerando muita discussão na minha Cidade de Foz do Iguaçu que foi o assassinato de quatro pessoas entre elas três menores na minha Cidade de Foz do Iguaçu.

E os Parlamentares de forma aberta, democrática e transparente tiveram todas as condições de questionar o Delegado Geral da Polícia Civil Doutor Arthur Braga, assim como também o Médico Chefe do Instituto Médico Legal Doutor Francisco sobre as circunstâncias que ocorreram o fato. Fato que como falei tomou as discussões na imprensa e nas rodas da minha Cidade de Foz do Iguaçu e com repercussões em todo o Estado e até mesmo a nível nacional.

Quero frisar aqui que achei de bom senso e merece os nossos elogios a atitude tomada pelo Secretário da Segurança pelo Doutor Arthur Braga, Delegado Geral da Polícia, assim como também referendada e endossada pelo Presidente da Casa Deputado Anibal Khury. Que se instalasse como se instalou um inquérito policial com a designação de um Delegado Especial para o caso, com o acompanhamento da Corregedoria, para que esse inquérito policial ao ser concluído indicasse com clareza, até porque está sendo conduzido de uma forma muito aberta e transparente se houve culpa, houve dolo dos policiais ou não. Se houve para a tomada das devidas providências por parte das autoridades responsáveis. É um trabalho importante da Comissão, que começou em cima de um fato concreto e objetivo esclarecendo a sociedade sobre o ocorrido lá na minha cidade.

Espero que lá no final a conclusão desse inquérito policial desvenda toda a verdade e que puna, se for o caso, os responsáveis, e que absolva os policiais se eles não tiverem culpa no episódio.

O Sr. Toti Colaço - Concede-me um aparte, Deputado Sérgio Spada?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra no Horário das Lideranças, ao nobre Deputado Sérgio Spada que está no Pequeno Expediente, para poder conceder um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Quero me solidarizar com Vossa Excelência cumprimentando pela sua atuação, e dizer que penso da mesma forma.

Vossa Excelência como eu, ouviu atentamente a explanação do Delegado Geral e do nosso Diretor do IML, Doutor Francisco Moraes e Silva. Tanto o Delegado Geral quanto o Doutor Francisco foram muitos calros nas suas colocações, e deixaram à Comissão, a impressão de que o Governo, através da Polícia Civil através do Ministério Público e através do próprio IML do Paraná, designou o seu Diretor Geral para proceder a exumação dos corpos, depois da perícia, feita por ocasião do episódio. O Governo está tomando todas as providências legais cabíveis que a espécie exige. Há um prazo legal previsto no Código de Processo, de trinta dias, este prazo não se expirou. Não significa que a autoridade policial tenha que esgotar o prazo. Se ela esclareceu o crime antes do prazo, ela tem o direito e o dever de encaminhar o inquérito com o relatório circunstanciado.

Mas, um crime de impacto como esse de Foz do Iguaçu, que envolveu quatro jovens e com muita repercussão na imprensa, o mínimo é esgotar o prazo, porque houve, como se diz, primeiro levantamento do local com exame cadavérico por parte dos peritos de Foz do Iguaçu com acompanhamento do Ministério Público. E, na sequência, em razão de toda repercussão, o Diretor Geral do IML foi

para lá para proceder a exumação, e reiterar no exame pericial dos corpos, e que segundo Vossa Excelência ouviu, bate basicamente o que o Doutor Francisco Moraes Silva detectou na exumação com o que os peritos de Foz do Iguaçu haviam realizado.

Portanto, são medidas e procedimentos que, num crime de grande repercussão como este, a prudência deve presidir as investigações. Quero crer que, caso todas essas providências de investigação e de conclusão de laudos periciais não ocorram dentro dos trinta dias, é perfeitamente normal, que haja um pedido de dilação desse prazo, para que essas providências sejam todas ultimadas e a verdade seja esclarecida. É sempre importante destacar que, ao lado da Polícia Civil, temos também a presença do Ministério Público com vários Promotores de Justiça, que na condição de fiscais da lei e titular da ação penal, não deixa nenhuma dúvida à sociedade da lisura dos procedimentos que estão sendo adotados a partir desse lamentável episódio em Foz do Iguaçu. Cumprimento Vossa Excelência, agradeço as suas manifestações e, reafirmo aquilo que diz o Deputado Anibal Khury quando nos honrava com a sua presença durante a audiência do Delegado Geral, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná estará sempre a favor daqueles que, eventualmente venham a serem vítimas de arbitrariedades de qualquer tipo de autoridade, sejam elas civis, militares ou de qualquer outro órgão, tanto do Governo Estadual, quanto do Federal e até mesmo do Governo Municipal. Essa Comissão nasceu, exatamente, para ser instrumento de defesa e de formulação de políticas que possam resgatar e valorizar a cidadania do povo paranaense.

Muito obrigado.

O Sr. Péricles Mello - Permita-me um aparte, Deputado Sérgio Spada?
(Assentimento)

Parabéns pelo seu pronunciamento. Infelizmente não pude estar presente na Comissão dos Direitos Humanos, na segunda reunião, porque tinha compromisso marcado previamente em Ponta Grossa, o Advogado da Liderança teve lá. E vamos conversar depois com o Deputado Tavares pelo seguinte: entendo e a Bancada do nosso Partido assim entende também, que a Comissão existe justamente para não deixar na mão de uma outra instituição, que no caso a Polícia Civil, apenas a investigação. Porque se fosse o nosso papel deixar que a polícia investigasse os crimes com os Direitos Humanos feito pela própria polícia talvez, não precisava existir a Comissão. Então a nossa base de análise é essa. Então vamos conversar com o Deputado Tavares, Presidente da Comissão, com todo o respeito que temos a ele, sabemos do seu interesse. E achamos, estamos recebendo telefonema de Foz do Iguaçu, de parentes das vítimas, achamos que temos que além de esperar o laudo da Polícia Civil, e o acompanhamento da Promotoria Pública de Foz do Iguaçu, temos que também fazer algumas ações. Talvez uma Comissão de Deputados para ir à Foz do Iguaçu, ouvir os parentes das vítimas, as entidades da sociedade civil que estão denunciando, dizendo que foi um verdadeiro massacre, que aconteceu. Um assassinato de quatro jovens adolescente, menor de idade.

Então esta sugestão Deputado que vou levar ao Deputado Tavares, acho que tantas coisas estão acontecendo neste Paraná, nesse Brasil, que precisamos o mais depressa possível agilizar o trabalho da Comissão, sem querer levantar questões ainda. Não vimos o laudo, mas acho que paralelamente temos que fazer uma investigação através da própria Comissão.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Só para concluir, considero extremamente procedente a questão colocada pelo Deputado Péricles, que é uma questão colocada pela Bancada do PT. Também não veria sentido, temos uma Comissão aqui na Assembleia Legislativa de Direitos Humanos que não acompanhasse par e passo toda e qualquer investigação que se faça quando surge qualquer denúncia de violação de Direitos Humanos dentro do território do Estado do Paraná.

A Comissão de Direitos Humanos fala em nome da Assembléia Legislativa, fala em nome do Poder Legislativo, que é um dos três Poderes constitucionalmente constituídos dentro da Federação do Estado do Paraná. E a Comissão tem pela própria força do Regimento Interno, Constituição, Leis Estaduais e Federais, poderes para investigar os casos, para acompanhar a investigação dos casos e, até mesmo, investigar os casos.

Portanto, a nós Parlamentares não cabe simplesmente a condição de espectador e receptor das informações que vêm da polícia, seja de quem for. Temos a obrigação de acompanhar par e passo todas as investigações que estão sendo feitas seja por quem for. Aliás acho que a Comissão se reuniu exatamente nesse sentido, chamar as autoridades que estão fazendo o inquérito policial, encaminhando o inquérito policial para dar explicações aqui à Casa.

Agora, ouvimos um lado, temos que ouvir o outro lado, ou os outros lados se for necessário. Portanto, muito procedente, correta a questão levantada pelo Deputado Péricles, levanta essa questão em nome do PT.

Obrigado Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Passamos a palavra ao ilustre Deputado Presidente desta Casa, Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhora e Senhores Deputados. O trigo e as importações.

1 - Introdução

Na década de 60, quando o Brasil e o Paraná iniciavam a produção de trigo em bases modernas, tive ocasião de pronunciar nesta Assembléia, um discurso pioneiro sobre a importância dessa lavoura para a ocupação das terras do interior e a construção da riqueza agrícola. Esse pronunciamento se mostrou acertado: hoje o Paraná exibe culturas modernas, ocupadas por homens laboriosos, voltados para a produtividade em uma economia em ascensão - como tive oportunidade de observar, durante visitas recentes ao Oeste do Paraná.

Mas, diria o poeta, nem tudo são flores. ocupo hoje, a tribuna para falar novamente do trigo e discorrer sobre a produção agrícola brasileira, importações de alimentos e necessidade de correção dessas políticas de comércio e safras, com vistas ao interesse nacional e, sobretudo, aos objetivos de desenvolvimento e paz social no Paraná.

2 - Importações

Num panorama geral a agropecuária se acha em recuperação, após problemas enfrentados em lavouras como algodão, café, soja e trigo. Mas se o plantio do café adensado e melhores preços internacionais recuperam a lavoura cafeeira; se no algodão as medidas de estímulo do Governo paranaense voltaram a empregar mão-de-obra nessa cultura importante para geração de postos de trabalho, outros setores ainda se ressentem de soluções.

Refiro-me aos grãos - soja, milho e trigo - que ocupam a maior parte das terras mecanizadas e que fizeram a prosperidade dos paranaenses nas últimas décadas; bem assim, ao leite - que permitiu a modernização da agropecuária do Paraná Sul.

Quanto à soja, com a mudança introduzida pela Lei Kandir de liberação do imposto de exportação sobre o produto "in natura", exportamos mais grãos durante a safra e agora importamos grãos e derivados, numa operação neutra do ponto de vista econômico: os embarques e aquisições obedecem à flutuação sazonal dos mercados, assegurando escala e rentabilidade.

As condições de mercado favoráveis, neste ano, ditam expansão do volume da safra e área cultivada com soja no Paraná: saímos de 6,5 milhões de toneladas (equivalentes a 2,7 milhões de hectares) em 1996/98, para previsão de colheita de 7,3 milhões de toneladas, para o ano

agrícola 1997/98.

O problema é que a expansão da soja vem se dando às custas da lavoura do milho: a produção nacional do ano em curso foi de 36,5 milhões de toneladas, 7,7 milhões das quais no Paraná. Para a safra 1997/98 prevê-se uma preocupante redução de área de cerca de 20%, o que está ampliando a dependência de importação - hoje estimada em um milhão de toneladas - sabendo-se a importância do milho para a alimentação animal, consumo humano e usos industriais. Imagine-se, o suinocultor de Cascavel e o avicultor de Toledo - duas ilhas de fertilidade no Oeste do Paraná - estarem recebendo milho importado da Argentina, via Porto de Paranaguá.

Se nas lavouras de verão a produção oscila entre soja e milho, na medida das condições gerais de mercado, custos de produção e outros fatores; para o inverno o produtor dispõe de poucas alternativas ao cultivo do trigo. Assim, no Paraná foram ensaiados plantios de girassol e canola, cevada, aveia, centeio, etc, todos de demanda reduzida.

3. Trigo

A esperança do produtor paranaense em lavoura de inverno é o cultivo do trigo - para utilizar com eficiência suas propriedades e equipamentos.

Mas se o Brasil chegou perto da auto-suficiência na produção de trigo, em décadas anteriores, hoje a meta é impossível: para um consumo de 8,5 milhões de toneladas o país conta com produção de 2,8 milhões de toneladas, contra importação de 5,7 milhões. Isto é, as importações cobrem 63% do consumo nacional desse importante alimento. Em linguagem comum, de cada três pães consumidos pelos brasileiros, dois são feitos com trigo importado.

No Paraná, na safra de 1996, tivemos produção de 1,9 milhões de toneladas de trigo; para este ano a previsão caiu para 1,7 milhões, ainda assim comprometida pelo clima; que afetou as lavouras de todo o Centro-Sul - comprometendo 500 mil toneladas da produção paranaense e metade do cereal do Rio Grande do Sul.

Por que a frustração? São vários os fatores: maiores facilidades de crédito para a importação, subsídios no país de origem, isenção de tarifas para países do Mercosul, etc.

Tanto que nesse mercado liberado, no ano de 1996 o Brasil importou dos parceiros do Mercosul, 3,8 milhões de toneladas, sendo 2,6 milhões da Argentina e 1,1 milhões do Uruguai, tudo valendo mais de um bilhão de dólares - precisamente 1.042.000.000 de dólares (um bilhão e 42 milhões de dólares).

Nos primeiros sete meses deste ano, já importamos trigo em grãos argentino no volume recorde de 2,5 milhões de toneladas. A continuar esse ritmo a previsão é fecharmos 1997 com a entrada de 6 milhões de toneladas.

O mais preocupante é que os exportadores do Mercosul, observando a facilidade com que franqueamos nosso mercado, não se contentaram em nos remeter o grão: passaram a exportar a própria farinha, deslocando o parque moageiro nacional.

Tanto que no ano de 1996 entraram 172 mil toneladas de trigo equivalentes. Neste ano o ingresso de farinha platina subiu nos primeiros sete meses, para 207 mil toneladas, e deverá fechar com cerca de 500 mil toneladas; representando quase 10% do total de importações de trigo e derivados, comprometendo nossa indústria moageira e agravando a dependência em relação aos fornecedores do Mercosul.

Desde que pronunciei aquele discurso pioneiro sobre o trigo, na década de 50, tenho acompanhado a evolução da economia do Paraná e as influências sofridas por ela, por força de políticas nacionais. No caso do trigo, já antes da criação do Mercosul, na década de 80 - mais precisamente nos anos de 1987/88 - esta Assembléia Legislativa discutia questões de integração regional, a partir do famoso Protocolo 22, firmado entre Brasil e Argentina, no governo do Presidente Sarney.

Aquela medida, salutar no seu objetivo geral de favorecer a aproximação entre dois países vizinhos, afetou nossa agricultura: seus mecanismos favoreciam o produtor platino em prejuízo de nossas plantações de trigo e reco-

mendavam, por isso, processos de reconversão econômica, não adotados.

Vivíamos período de transição política, com a realização da Assembleia Constituinte, eleição e impedimento do Presidente Collor. O clima era desfavorável para o exame de questões substanciais, como a adoção de um plano de longo alcance para modernizar a base produtiva e resguardar os interesses do setor produtivo rural do Paraná.

Pelo contrário, o imediatismo imperante deu prioridade aos fornecimentos do setor industrial brasileiro - geralmente instalado fora do Paraná - de vender equipamentos para a Argentina, em troca da abertura de nossos mercados para a importação de produtos daquele país: trigo, laticínios, carnes, etc.

E por que tais produtos entram aqui de modo competitivo? É que, além das vantagens naturais dos campos argentinos, os produtores e moageiros daquele país são beneficiados por vantagens obtidas ao longo das negociações para a criação do Mercado Comum, que - vale lembrar - nunca consideraram os pontos de vista da gente do Paraná.

No aspecto geral das importações brasileiras as medidas adotadas no início do ano - reduzindo a facilidade de financiamento para curto prazo (até 360 dias) - contribuíram para estabilizar a demanda e reverter o crescimento descontrolado do déficit comercial. No caso das importações de farinha tais medidas de contenção não tiveram efeito: para os países do Mercosul foi mantida a exceção de importar a largos prazos de pagamento, a juros favoráveis para o importador.

Além do que os níveis da preferência tarifária e subsídios aplicados em favor da indústria argentina, pelo Governo do país vizinho, superam quaisquer vantagens de modernização, busca de eficiência e qualidade de produtos, perseguidas pelo setor moageiro do Brasil.

Assim, financiamentos bancários em aberto, isenção de taxas fiscais e de frete, além do benefício do "reintegrar" - compensação pela incidência virtual de impostos que seriam devidos se a mercadoria fosse no mercado interno - permitem aos moageiros argentinos operarem com margens de proteção que chegam a 15% em relação aos preços médios do mercado internacional.

Além disso o produtor nacional de farinha é submetido a exigências técnicas, sanitárias e outras - como a incidência de taxa desclassificação para o trigo, dispensada para a farinha importada, registro e exigência de padrões sanitários do produto nacional no Ministério da Saúde, dispensados no artigo importado, controles de metrologia, embalagem e rotulagem, etc dispensados no caso de importação que resultam em desigualdade de tratamento.

Tanto que os moinhos argentinos conseguiram melhorar suas margens, de modo que para eles o trigo passou a representar a média de 70% do preço final da farinha, quando a escala internacional se situa em torno de 55% desse preço de comercialização. Em outras palavras, a farinha argentina tornou-se muito competitiva, agravando a distorção por não haver contrapartida no âmbito interno, em termos de proteção tarifária e não tarifária para nossos empresários do campo ou da indústria de processamento do trigo. É preciso enfatizar o ponto para o qual a indústria nacional e os especialistas em economia agrícola chamam atenção: a competitividade da farinha argentina decorre de fatores externos à produtividade industrial.

5. Trigo X Açúcar

Recentemente abiu-se outro contencioso entre nosso País e a Argentina, a partir dos interesses dos produtores de açúcar das Províncias do Norte Argentino. O Brasil vender cerca de 200 mil toneladas desse produto à Argentina, mas o Congresso daquele país entendeu de impor taxas sobre nosso açúcar, anulando os benefícios decorrentes dos tratados do Mercosul.

Em retaliação, o Deputado Paulo Bornhausen propôs o bloqueio da importação de trigo argentino que, vimos, sobe a 3 milhões de toneladas.

Superado esse conflito, arma-se outro, ainda pendente: a imposição pela Argentina, de uma taxa de registro de importações, incidente inclusive sobre ingressos do Mercosul.

cosul; havendo quem proponha retaliações.

Não endossamos tais medidas, por entendermos que a integração continental deve ser prioridade comum.

O que esperamos é reciprocidade: o mesmo tratamento dado pelos brasileiros ao trigo e leite argentinos deve ser dispensado pelos argentinos ao nosso açúcar e outros produtos. E as facilidades para entrada de farinha de trigo daquele país devem ser iguais às que conta a indústria moageira nacional.

6. Propostas

Nesse sentido, formulamos sugestões às autoridades governamentais brasileiras e ao Congresso, para que haja igualdade de tratamentos entre o vendedor argentino e o fornecedor nacional de trigo e seus derivados.

A primeira de tais medidas, a ser tomada logo, consiste em aproveitar a oportunidade para apoiar nosso produtor e a indústria de moagem, porque a safra brasileira está colhida e os parceiros do Mercosul só entrarão com seu produto a partir do final do ano.

Para tanto, seria desejável a abertura de linhas de crédito para os moinhos nacionais comprarem a safra interna, antes da pressão do trigo importado. Além do que, a curto prazo, deveriam ser implementadas medidas ministeriais que tornem o tratamento da farinha importada similar ao produto nacional, como:

- Controle de pesos e medidas, pelo Instituto Nacional de Metrologia.
- Registro no Ministério da Saúde para fins de aferição de padrões em microbiologia, identidade e qualidade, etc,
- Controle de embalagem e rotulagem, pelo Dinal/Ministério da Saúde.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Anibal Khury, quero cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento que faz, a respeito principalmente, da questão do trigo nacional e da questão do trigo que se importa, já há algum tempo neste País.

V.Exa. citou muito bem no seu pronunciamento a advento do protocolo 22, da década de 1980, por volta de 1986 e 1987. Eu, me lembro naquela ocasião como Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, nós realmente desenvolvemos aqui importantes debates com a participação da Secretária da Agricultura, da FAEP, da FETAEP, da Ocepar, pessoal do IAPAR, alertando para o problema que nós teríamos no futuro em função daquele protocolo. Que era um protocolo que estabelecia as cotas de importação de trigo argentino por parte do Brasil. Naquele momento nós já estávamos à beira da auto-suficiência produzindo qualquer coisa superior a seis milhões de toneladas de trigo. E o que aconteceu no futuro é isso que V.Exa. relata e que realmente, é muito triste para nós os brasileiros verificar que o Brasil, que já produziu mais de seis milhões de toneladas, hoje com muito esforço chega a casa de três milhões de toneladas de produção.

E, realmente, essa mecânica toda que se adotou, ela só veio em prejuízo da economia brasileira, das divisas na nossa balança de pagamento, mas veio muito e muito mesmo em prejuízo dos produtores rurais do nosso País que sempre tiveram no binômio soja, trigo, uma boa oportunidade de melhor distribuir os custos de produção da lavoura de verão soja e da lavoura de verão inverno, trigo. E com a saída desta prática de cultura de trigo no inverno acabou, evidentemente, também encarecendo a produção de soja, já que esses equipamentos, o pessoal, as instalações, têm um custo fixo que agora tem que ser rateado apenas com o custo da soja.

E, evidentemente, a gente fica a pensar, quer dizer, primeiro foi o trigo, agora estão vindo as farinhas, daqui a pouco nós teremos a invasão dos produtos já elaborados, o macarrão, nós teremos aí as bolachas, nós teremos os biscoitos, e cada vez mais prejuízo teremos em termos de lavoura de trigo. E um prejuízo que vem numa hora em que não se justifica, evidentemente, nenhuma ação mais efetiva do Governo Federal, e por que não dizer até dos Governos Estaduais, no sentido de que tenhamos a retomada do plantio de trigo em nosso País, até porque os

ossos institutos de pesquisas seja o IAPAR, seja o Instituto Agrônomo de Campinas, seja a própria Ocepar, que tem o seu centro de pesquisa lá na Região de Cascavel - Toledo, que estão a desenvolver variedades de sementes de trigo mais produtivas e com um poder de resultado em favor da panificação bem maior do que aquele trigo que nós produzíamos. Então é muito importante o que vem acontecendo. V.Exa. falou a respeito do Mercosul para nós, mas temos procurado também colocar os perigos do Mercosul para nós quando não se tem um tratamento igualitário e V.Exa. trouxe à discussão de novo a questão do açúcar. Porque o trigo argentino entra no Brasil com esta facilidade e o nosso açúcar não pode entrar na Argentina com a mesma facilidade?

Se nós temos um potencial de produção de açúcar, porque estas barreiras todas? Então nós temos que discutir isso. Eu me lembro, Deputado Zuk hoje Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, das muitas reuniões que tivemos no Conselho Parlamentar do Sul, debatendo o Mercosul, inclusive agora, nos dias 12, 13 e 14 deste mês em Porto Alegre, com a presença do Deputado Paulo Borhausen, que foi citado por V.Exa., teremos uma reunião para debater Mercosul e toda essa problemática que envolve os interesses do País. Então, quero cumprimentar V.Exa. porque V.Exa. coloca de fato o dedo na ferida. A questão do trigo, para nós, já foi uma questão de segurança nacional, hoje talvez ela não seja uma questão de segurança nacional, mas é, sem sombra de dúvida, uma das favoras mais importantes para todos nós, porque ela propicia a nós, não só o macarrão, não só a farinha, não só o biscoito, mas propicia o emprego ofertado às pessoas do campo, propicia a utilização de máquinas, propicia a geração de divisas para nós. Então, V.Exa., está de parabéns pelo seu pronunciamento e certamente, nós temos que ter a mesma preocupação com a questão do algodão, que já trouxe para nós, enormes problemas para a agricultura paranaense.

O Sr. Edgard Bueno - Presidente Anibal Khury, estamos ouvido com muita atenção o seu pronunciamento e trata-se de um assunto muito importante para a proteção da agricultura paranaense, e principalmente quando voltamos as atenções para a produção do trigo, e infelizmente, o protocolo de 87, com o advento do Mercosul, fez com que o Brasil passasse de 6,2 milhões de toneladas, para produzir em torno de um milhão e meio, dois milhões, e este ano, quem sabe, três milhões. O nosso consumo aumentou para oito milhões e quinhentas mil toneladas e nós caímos em torno de 48 a 50% a nossa produtividade. De 87 a 93 as áreas que produziam trigo, no Brasil, foram reduzidas em 48%, enquanto isso nós estamos gastando um bilhão e duzentos milhões de dólares por ano para podermos importar este produto que poderia ser produzido aqui no Brasil e principalmente no Estado do Paraná que tem áreas agricultáveis excelentes. Enquanto o Brasil destrói a sua agricultura, enquanto o Governo Federal não tem sensibilidade para esta produção tão importante, a Argentina, nosso país irmão e vizinho, está produzindo 15 milhões de toneladas/ano, e nós, cada vez mais importando, nós que já atingimos 90% da produção do consumo nacional, hoje estamos vivendo esta questão caótica. Por isso, eu gostaria que este seu pronunciamento fosse enviado ao Ministro da Agricultura, enfim, a todas as autoridades interessadas na produção agrícola deste País para que a gente possa fazer um estudo, discutir e começar a proteger o nosso agricultor brasileiro. Muito obrigado, Senhor Presidente, e parabéns pelo seu pronunciamento!

O Sr. Toti Colaço - Presidente Anibal Khury, primeira-mente os meus cumprimentos a V.Exa. pelo assunto que trata nesta tarde, talvez um dos mais importantes que é tratado aqui na Assembleia Legislativa. E, por coincidência, ontem na "Folha de São Paulo", na "Agrofolha", veio um dado estardalhaçado para todos nós: a safra de 98 poderá ser insuficiente, o Brasil vai importar, vai gastar Três bilhões de reais em grãos no próximo ano. Estagnada a safra desde 96. A safra brasileira não atenderá a demanda de grãos, principalmente no trigo, que V.Exa. aborda com

muita propriedade nesse instante, no arroz e no milho. Segundo a "Folha de São Paulo", nós haveremos de importar mais de 10 milhões de toneladas de grãos a partir do ano que vem. E a área de milho, Srs. Deputados, já está previsto, a área de milho será a maior nos últimos 12 anos. Desta feita, alé de cumprimentar V.Exa. que é o porta-voz desta Casa, seria importante que este seu pronunciamento fosse realmente ecoar no Congresso Nacional, fosse ecoar no Governo Federal, porque a nossa agricultura Senhor Presidente, V.Exa. tem conhecimento disso, hoje a própria Folha, os próprios órgãos de imprensa do País estão mostrando para todos nós e para o Governo Federal principalmente que não está abrindo os olhos com relação a nossa agricultura. Ontem ele anunciou que haverá redução de taxas de impostos do ICMS de todo o custeio da agricultura, porém, só será liberado para aquele que não dever absolutamente nada em nenhuma instituição financeira dentro do nosso País. Por outro lado fornece uma perspectiva, uma redução de custos; e por outro lado impede que o agricultor chegue no banco porque todos eles estão praticamente falidos ao longo dos anos, esses últimos anos principalmente. Cumprimento V.Exa. porque este assunto deverá fazer eco principalmente no Congresso Nacional.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Tenho ouvido com atenção o seu pronunciamento, e o Senhor sempre que sobe à Tribuna desta Casa é para fazer colocações em defesa do nosso Estado do Paraná em questões Nacionais. E nesse momento vejo o Senhor preocupado com a questão daquilo que nós paranaenses, uma boa parte da economia paranaense vem do campo, vem da agricultura, na questão do trigo importado de outros Países relacionado com aquilo que aqui nós produzimos. Tenho a dizer Deputado que os outros Países eles têm dado incentivos aos produtores para que eles venham produzir com recursos mais baratos, com recursos subsidiados, coisas que não existem mais no nosso Brasil. E automaticamente nós disputamos o preço no mercado internacional em igualdade de condições. Na Europa os produtos lá produzidos são todos eles subsidiados aonde os produtores têm por parte do Governo um trabalho do qual eles possam estar protegidos de tudo aquilo que o campo pode vir a sentir, seja lá de questões de comercialização, como questões climáticas também. Então, quero lhe parabenizar pelas suas colocações, mais uma vez defendendo os interesses do nosso Estado do Paraná, e nesse momento de questões da área econômica do nosso Estado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Anibal Khury faço o aparte neste momento e represento aqui também o pensamento da Bancada do PPB já que me pediram para que fosse solidário com V.Exa. no belo pronunciamento que V.Exa. faz com relação a uma cultura que é importante para o Paraná, para o Brasil. E não é necessário citar dados, V.Exa. colocou todos os dados com relação a essa cultura, uma radiografia das relações da agricultura do Brasil com relação aos mercados externos. É lamentável que o trigo tenha sido incluso no MERCOSUL como um dos produtos não sensíveis, portanto de difícil alteração na relação de taxaço para importação, nós que sofremos a importação desse produto. Mas o seu pronunciamento eu acho que é de uma preocupação muito válida para o Paraná porque nós já produzimos, temos um déficit no Brasil de cerca de cinco milhões de toneladas e tenho certeza que se desse apoio a essa cultura, que é uma alternativa de inverno, nós estaríamos colaborando para a geração de empregos e geração de divisas para o Paraná e para o Brasil. Parabéns a V.Exa. que com competência coloca mais uma vez, com sobra de dados, tudo o que nós temos de problemas com essa agricultura que é fundamental para o nosso Estado e para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço os apurtes dos nobres colegas sobre esse meu pronunciamento, um pronunciamento que não é só meu, é um grito do Paraná, principalmente do Brasil.

(L8):

"Quanto ao grão, propomos a imposição de taxa compensatória ao trigo importado, até o limite de 15%, cujos recursos se destinariam a financiar pesquisas para adaptação do trigo nacional às novas fronteiras agrícolas do Centro - Oeste brasileiro e a cobrir custos de benefício ao triticulor, esse processo seria salutar para a indústria moageira: estocados com grão de origem nacional, os moageiros teriam maior poder de barganha, a partir de dezembro, para negociar com fornecedores do exterior.

Outra providência relacionada com nosso comércio exterior regional - formulada pela indústria brasileira de moagem - é que o Governo abra negociações com seu parceiro argentino, para o exame conjunto dos fatores de produção do trigo e derivados naquele país, seus custos de produção e comércio, para levantamento comparativo dos custos de transporte e embarque, das taxas de juros, incentivos fiscais e compensações tributárias - inclusive subsídios indiretos de exportação aos moinhos, representados pelo reembolso de parcela como se tivessem pago os impostos incidentes no mercado interno, armazenagem do carregamento dos estoques da safra nacional, de modo a torná-la competitiva com o produto de fora.

Pedimos ainda que este pronunciamento seja remetido ao Presidente da República e autoridades federais, na oportunidade do próximo encontro do Senhor Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Menem, da Argentina.

7. CONCLUSÃO

No ano passado o Brasil acumulou um déficit de comércio com a Argentina de 2,6 bilhões de dólares, que tende a se ampliar neste exercício.

Apesar disso, não cogitamos, note-se, a suspensão total de compras de trigo argentino como chegou a ser proposto - até em reação à imposição de direitos sobre a entrada do açúcar brasileiro no mercado platino; isso representaria um golpe no princípio de integração do MERCOSUL.

O que propomos são medidas imediatas por parte do Governo Brasileiro e, em nível bilateral, a constituição de grupo de trabalho conjunto para revisar aqueles procedimentos, de modo a determinar o custo efetivo da produção Argentina de trigo e a margem de subsídios embutida nos embarques ao Brasil. Medida justa para manter um comércio equitativo.

Para a solução de tais questões devemos aplicar medidas imediatas, mas também correções substanciais de longo prazo, como as aqui propostas. Estimamos que o espírito público e a visão de Estado de nossos dirigentes respondam a estes pleitos com a responsabilidade de quem foi eleito para defender os interesses do nosso povo.

Muito obrigado!

Senhores Deputados, a minha posição favorável ao MERCOSUL é baseada naquilo que diz ao interesse de todos os países da América do Sul, mas Deus permita que esse MERCOSUL não se transforme num "MERCOARGENTINA". Só a Argentina está levando vantagem até agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Cumprimentando o ilustre Presidente Anibal Khury pelo pronunciamento, suspendo a reunião e convido o ilustre Presidente do Tribunal de Justiça para fazer parte da Mesa Diretiva dos trabalhos, se faz acompanhar com seu assessor, Dr. Henrique Lenz César.

Suspendo a Sessão para que os Senhores Parlamentares possam cumprimentar o ilustre Presidente, que nos honra com sua presença nesta Sessão desta tarde.

SUSPENSA A SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está reaberta a Sessão.

Antes de conceder a palavra ao orador inscrito no

horário da liderança, concedo a palavra ao ilustre visitante que irá nos honrar com o seu pronunciamento nesta Sessão, Dr. Henrique Lenz César.

O DR. HENRIQUE LENZ CÉSAR - Mais uma vez tenho eu a honra e a satisfação de me dirigir a esta egrégia e colenda Assembléia, com a representação máxima e perfeita do nosso povo do Paraná.

Em visita informal trazer, mais uma vez, a homenagem e os cumprimentos do Poder Judiciário e por que não dizer, clamar, logo após o término de uma exposição de apurtes, tão oportunos, clamar a voz do nosso povo em fazer sentir, permanentemente, a defesa dos nossos direitos, e a defesa daquilo que Ivo Arzuza, quando Ministro da Agricultura, chamava: "O passeio do trigo".

De há muito que vem estas formas a serem apresentadas, e quando vemos as nossas Casas de Leis a estudar, a examinar, de perto e tão profundamente, um assunto tão palpitante, eu, como simples representante do Judiciário, mais uma vez digo, rendo as homenagens e concito-os a cada vez mais a levarem as suas vozes porque são as vozes do nosso Paraná, em defesa do nosso Brasil.

Meus cumprimentos aos ilustres Deputados, participantes dessa colenda Assembléia e os meus sinceros e leais agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecendo em nome da Comissão Executiva e desta Casa de Leis o perfeito entrosamento existente entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, tenha certeza, V. Exa., bem como todos os membros do Poder Judiciário, na totalidade dos Srs. representantes que se assentam nesta Casa, teremos sempre a oportunidade de tê-lo aqui, como amigo e principalmente como companheiro dos Três Poderes deste Estado, num entrosamento perfeito.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero também me somar às colocações de V. Exa. da honra de receber, na tarde de hoje, a ilustre visita deste grande Presidente do Poder Judiciário do Estado do Paraná, Desembargador Lenz César, que aliás tem tratado com uma deferência muito especial a todos nós Deputados quando nos dirigimos ao Poder Judiciário. Por isso, V. Exa. é muito bem-vindo a esta Casa e tenho certeza, Sr. Presidente, que nós também o respeitamos muito.

Quero, inicialmente, agradecer ao Deputado Horácio Rodrigues por ter me cedido o horário da Liderança do PL.

Senhor Presidente, o fato que nos preocupa e preocupa muito é em relação a questão que o nosso comércio, as empresas, as pessoas que de uma forma ou de outra, ajudaram a bancar os Jogos da Natureza na região de Foz do Iguaçu, de Marer - Candido Rondon, dos municípios todos que compõem o reservatório da Usina de Itaipu.

Ontem recebi um telefonema do Município de Itaipulândia, onde o dono de um restaurante solicitava a nossa intervenção junto ao Governo, para que fizesse o pagamento das refeições que serviu aos atletas que foram disputar os Jogos da Natureza. E me dizia, aquele cidadão amigo meu, que teve que fazer empréstimos no banco, a fim de poder se preparar para receber as delegações que participaram dos Jogos da Natureza.

E hoje, os jornais do Paraná destacam que na verdade o Governo está "dando o calote" em quase todas as empresas que participaram dos Jogos da Natureza. O Sindicato dos Hotéis de Foz do Iguaçu está cobrando do Governo as diárias dos jogadores, das delegações, da comitiva do Governo do Estado que para Foz do Iguaçu se dirigiu durante o período daquela competição. Tentaram de todas as formas receber, até agora, e havia inclusive uma cláusula contratual, onde ficava claro que o Governo, após 5 dias da emissão da fatura, faria o pagamento das despesas relativas. Mas até agora ficou apenas na conversa e infelizmente o comércio sofre em função das dificuldades impostas pelo Governo que prometeu e não cumpriu, que gastou e que fez gastar, fazendo com que os donos de hotéis de Foz do Iguaçu, fazendo com que donos de restau-

rantes de Santa Helena, de Marechal Cândido Rondon, de Fátima, de Foz do Iguaçu, fizesses investimentos nas suas propriedades, pegando dinheiro do banco, e até agora não recebem por aquilo que fizeram, não recebem do Governo do Estado e tudo está só na conversa.

E preciso, Senhor Presidente, que o Governo do Estado, que o Governador Jaime Lerner, tome providências e mande quitar a dívida oriunda daquela propaganda festividade feita às custas do povo da Região Oeste do Paraná.

O Governo que gastou, e gastou bastante, gastou milhares e milhares de reais, milhões de reais, agora tem que ter a decência e a dignidade de não dar o "calote" nos empresários da Região Oeste do Paraná.

Estamos na verdade, juntamente com toda a população que viu a festa, que participou da festa, que bancou a festa, decepcionados, porque queríamos que o Governo tivesse, imediatamente honrado com sua palavra e diminuído as dificuldades que a Região Oeste e Foz do Iguaçu enfrentam neste instante.

Senhor Presidente, o Secretário de Esporte e Turismo do Governo do Estado, numa manifestação irônica disse em resposta ao Presidente do Sindicato dos Hotéis de Foz do Iguaçu, que essa gritaria toda é em função de que a ocupação na rede hoteleira de Foz do Iguaçu é próxima a zero.

Então, para que valeu os Jogos da Natureza, se ouvi aqui nesta Casa, inflamados discursos que o Governo usou na televisão, para dizer que os Jogos da Natureza iria na verdade projetar o Oeste do Paraná, incentivar a geração de empregos em função do turismo, se o próprio Secretário de Esporte e Turismo está tentando defender a sua parte e diz que: a ocupação na rede hoteleira de Foz do Iguaçu é próximo a zero. E é daí que resulta e em razão disso, as manifestações dos Sindicatos dos Hoteleiros de Foz do Iguaçu.

Mas se não bastasse a questão dos hotéis o que é que vamos dizer dos restaurantes, da companhia aérea que forneceu as passagens, dos meios de comunicação, das prefeituras que fizeram gastos e até agora não receberam e estão sofrendo por isso. De forma, Sr. Presidente, é preciso governar com responsabilidade, não se pode fazer propaganda às custas do povo do Paraná e não honrar os compromissos. E preciso que o Governo do Estado que é tão operoso para fazer propaganda cumpra com as suas obrigações e pague aquilo que fez, a dívida que contraiu para fazer propaganda e para fazer a festa lá nas barrancas do Rio Paraná.

O Sr. Cafo Quintana - Na verdade os Jogos da Natureza serão avaliados com o tempo. O seu resultado prático, o que ele trouxe de positivo e o que não tem de positivo para o Estado do Paraná. O gasto excessivo, o sistema, tenho comentado com o Nereu (que até mesmo na transmissão, por exemplo num jogo de futebol, as Federações de Esportes, a Confederação dos Esportes no Brasil, o Campeonato Nacional, os Campeonatos Estaduais têm a sua grande renda com o direito das empresas transmitirem, das empresas de televisão transmitirem os jogos. Estamos assistindo o jogo do campeonato nacional depois da novela das oito exatamente por causa da preferência de transmissão.

Ora! Nos Jogos da Natureza tão importantes, foi um processo inverso. O Paraná teve que pagar a transmissão dos eventos que lá aconteceram. Os atletas tiveram que ser subsidiados. E os municípios ficam com uma estrutura que têm que manter a partir de agora sem ter ocupação.

Eu, no aparte que pedi, pedi para chamar a atenção de uma coisa. Talvez o Governador Jaime Lerner pague o preço caro disso, exatamente porque quem autorizou essas despesas deve ser a mesma pessoa que autorizou as operações de leasing no Banco do Estado do Paraná que está gerando enormes problemas, inclusive procedimentos judiciais federais contra a sua ação. E que lamentavelmente até agora não se vê o Governo tomar posição nenhuma.

Espero que após os Jogos da Natureza isso acabe também se tornando uma definição aqui no nosso Estado.

O Sr. José Maria - Agradeço o aparte e procurarei ser

breve.

O Deputado Cafo Quintana disse bem, só o tempo irá avaliar. Mas já podíamos prever, era previsível as consequências da falta de pagamento. Fora as que conhecemos via imprensa e via algumas informações que vazaram, são dezoito mil e quinhentas diárias, hum mil e cem passagens vips, quase um milhão de litros de combustíveis gastos. Hoje estamos vendo aí a reclamação de hotéis, amanhã, com certeza, dos restaurantes e depois de amanhã, com certeza, virão os donos dos postos reclamar. Reclamar do combustível colocado à disposição e não honrado o seu pagamento.

Agora, o que é extremamente importante e que veremos logo em seguida, vai ser o Governo que fez ali 80, 70, 90 milhões de investimento não ter como tocar isso a frente e tentando se desfazer do abacaxi que vai constituir aqueles investimentos em termos de manutenção buscar aqueles municípios para fazer convênios pela manutenção. E aí os mesmos municípios que um dia engabelados entenderam que seria a ressurreição das suas economias se verem aliados também da manutenção desses probes públicos porque não terá condições de manter as bases náuticas. Vi alguns Deputados da região empenhados e dispostos a defender a ação do Governo, mas a consequência vem depois. E, essa consequência o Estado do Paraná vai precisar tomar conhecimento. E, a melhor forma de tomar conhecimento seria o próprio governo vir aí público e divulgar o resultado tanto das despesas quanto dos investimentos, e o que ainda falta ser pago, para que possamos fazer uma avaliação e desta avaliação fazer uma análise sensata e serena do que foram os investimentos. Agradeço e sei que teremos outras oportunidades para tocar neste assunto. Não sou contra, mas no Poder Público, se faz prioridade. E a primeira prioridade, com certeza, não seriam os investimentos da Costa Oeste na economia paranaense.

Muito obrigado!

O Sr. Ademir Traiano - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Nereu Moura, não há como nós, nesse momento, questionarmos a grandeza do evento que aconteceu na Região dos Lagos em Foz do Iguaçu.

O Paraná e o mundo viram com muita atenção o desenrolar das ações que lá aconteceram. É lógico que nos preocupa esta situação trazida com relação a pagamento dos empresários, dos que se dizem prejudicados. Mas é importante frisarmos com muita clareza, que em nenhum momento esse governo oficializou o calote em ninguém. O que temos que admitir que, existem alguns procedimentos de ordem legal para o processamento de despesas para a sua efetivação e posteriormente o pagamento. Com certeza, esse processamento deve estar ocorrendo.

Acredito que o Governo do Estado do Paraná, depois de ter investido um valor razoável num empreendimento dessa natureza, não vai se furtar em pagar alguns valores, quem sabe, ínfimos até, aos resultados acontecidos nesse evento. Quero dizer a V. Exa. que vamos dar as informações necessárias com relação ao pagamento dessas despesas. É dever do Governo dar essa informação, e não tenho dúvida, o Governo do Estado do Paraná, não está aplicando o calote em nenhum segmento deste Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria dizer que o Governo do Paraná sempre teve a credibilidade. Um Governo honrado que, em momento algum, pairou qualquer dúvida sobre a honradez e a presteza no cumprimento dos seus deveres. Não deverá agora os Governantes de plantão manchar o Governo desse Estado, porque ele é do povo e ele é pereño, somos transitórios. Na busca da credibilidade do Governo do Paraná como entidade pública, que erguemos a nossa voz. Combatemos a irresponsabilidade daqueles que, fazendo festa com o dinheiro dos outros, após a festa esquecem de pagar as despesas e o débito. Aí sobra para a população sofrida que acreditou, como eu disse, o Governo do Paraná, sempre foi

honrado e cumpridor dos seus deveres. Gostaríamos e queremos que o atual Governador não deixe o Paraná cair na lama de um Governo irresponsável que não cumpre com os seus compromissos, que não paga as suas contas. É por isso, Sr. Presidente, que fazemos daqui desta tribuna o grito de alerta, para que o Governo do Estado do Paraná cumpra e pague as contas que faz em favor da credibilidade do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, essa Mesa Executiva, associando-se ao ilustre Deputado, 2º Secretário desta Casa, Deputado Nelson Garcia, anuncia em nosso meio a presença do Prefeito de Umuarama, Fernando Scanavaca, que conosco convive nesta tarde, o prazer de assistir a mais uma sessão deste Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna nesta tarde para trazer o registro e para que fique consignado nesta tarde, nos Anais desta Casa o artigo do ex-Deputado, Helio Duque e Presidente atual do PSDB do Paraná, sobre o título: "Brava Luta", publicado no periódico Jornal "O Estado do Paraná", no dia 2 do corrente. Ele narra, no seu artigo, a trajetória e a saga de um homem que mesmo pertencendo ao grupo dominante caindo em desgraça, junto a este grupo dominante, resistiu sem se curvar mesmo perdendo grande parte do seu meio de comunicação. Refere-se ao ex-Governador Paulo Pimentel, que embora eleito no período revolucionário, pelo voto direto, teve o Jornal do Estado, a Tribuna, a Televisão Iguaçu, a TV Tibagi está no Norte do Estado, também a TV Coroados, que aqui registro, foi a primeira emissora de televisão do interior do país, confiscado através de uma decisão e de uma Lei das Telecomunicações, ainda no Governo Geisel.

Nesse artigo ele trata justamente da força desse homem que resistiu a todas as investidas e manteve-se até hoje aí com a imprensa atuando e fazendo com que o Paraná possa ser informado.

Senhor Presidente, solicito à taquigrafia que efetue a transcrição nos Anais desta Casa do referido artigo.

BRAVA LUTA

Helio Duque

"Paulo, o romano, na sua conversão à fé cristã na estrada de Damasco, passa a merecer a ira e o ódio perseguidor dos velhos companheiros das legiões de Roma. E do Império.

No Paraná, após ter sido governador pelo voto direto, realizando em cinco anos uma administração empreendedora e democrática, Paulo Pimentel ao terminar seu governo modernizador assume a condição de empresário de comunicação. Travaria então sua primeira batalha. O Governador biônico, Leon Peres, nomeado pelo General Garibaldi Médici, passa a persegui-lo implacavelmente. Ao invés de acovardar-se, o ex-Governador enfrenta o inimigo. Foram oito meses de incansável combate através dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna" e as televisões Iguaçu, em Curitiba e a Tibagi, no norte do Estado. Ao final de 1991, o próprio governo autoritário que fizera Leon Peres, Governador, o afasta discricionariamente do poder. O motivo alegado fôra tratamento com os recursos públicos paranaenses.

Era tempo de ditadura e mesmo sendo do Partido Oficial, Paulo enfrentou os arreganhos do mandalete de Brasília. Sem dúvida isso o incompatibilizou com os setores ortodoxos do poder central. A partir de 1975, passa a ser catalogado, por intrigas provincianas, um quase inimigo do Estado autoritário. Era o Governo Ernesto Geisel. As legiões da intolerância projetam a ira de fogo sobre as suas empresas. O homem de televisão, Walter Clark, já falecido, então diretor-geral da Rede Globo de Televisão, no seu livro de memórias, relata a chantagem do governo federal para retirar a programação da "vênus platinada" das TVs Iguaçu e Tibagi. Logo em seguida, a Rádio Iguaçu é confiscada e fechada a "manu militar".

Não parou aí. O Jornal "Panorama", lançado no norte do Paraná é trucidado pela pressão e chantagem que atingia os próprios anuanciadores. Uma terceira televisão, a TV Coroados, de Londrina, comprada e paga legalmente, teve por "chincanas" jurídicas o contrato "anulado" com o legítimo dono perdendo a sua posse. A emissora foi passada para o controle de um grupo adversário.

Paulo Pimentel, nesse tempo, comeu o pão que o diabo amassou. Valente, como poucos naqueles tempos terríveis, resistiu. Recentemente em São Paulo, recordava esse período com o Jornalista Sérgio Rondino, na época diretor do "Panorama" e, hoje, editor do "Jornal da Noite" da Rede Bandeirantes.

Anos depois, em 1978, Paulo e eu nos elegemos Deputados Federais, respectivamente pela ARENA e pelo MDB. Estreitamos amizade. Em março de 1979, o trono ditatorial iria mudar de dono. Sãf Geisel e era entronizado Figueiredo. O Chefe da Casa Civil continuaria o mesmo: General Golbery do Couto e Silva.

Uma tarde, no Plenário da Câmara dos Deputados, Paulo Pimentel me relata que a TV Coroados, de acordo com a Lei de Telecomunicações, seria declarada extinta. Para o grupo que herdara a importante emissora de presente, Geisel já havia concedido um novo canal: a TV Tropical.

Indignei-me com o relato. De Brasília, no mesmo dia, liguei para um dos antigos fundadores da Coroados, o saudoso Euclides Sapia. Ele me fez um histórico perfeito: criada em 1963, integrando a cadeia dos "Diários Associados", fora a primeira televisão nascida no interior do Brasil. Era um marco de grande valor simbólico.

A posse de Figueiredo na presidência da República dar-se-ia no dia 15 de março. No dia 10, na Cidade de Assis, SP, o então Ministro, Haroldo de Matos, das Comunicações, setenciava a morte da TV Coroados.

No dia 12 de março, numa comunicação de liderança do MDB, subi à tribuna da Câmara e denunciei a violência que estava por acontecer. Historei a importância pioneira para a radiodifusão brasileira da TV Coroados, pelo pioneirismo que representava para a região. Enfatizei a origem do esbulho, acontecido anos antes, quando fôra tomada de assalto do seu legítimo dono. Destaquei que o próprio Direito da propriedade fôra esmagado pelo arbítrio. O pronunciamento gerou alguma repercussão junto aos próprios setores liberais da ARENA.

Na sequência, o então Deputado Paulo Pimentel é procurado pelo poderoso Golbery do Couto e Silva. Como Geisel não havia ainda assinado o decreto de encerramento das atividades da Coroados, ele iria reter o processo para ser analisado somente no governo Figueiredo. E foi o que aconteceu. A emissora teria sua existência ratificada. E devolvida ao seu legítimo dono. A contrapartida é que deveria ser repassada, a nível de mercado, para o autor da melhor oferta. Coube a Rede Globo e os seus associados paranaenses adquirir o seu controle acionário.

Num tempo virtual e sem memória como o que vivemos, relembrar fatos dessa magnitude torna-se importante. Quando nada para evitar que ações tão criminosas e nefastas possam voltar a se repetir em qualquer tempo. Igualmente registrar para a história da imprensa paranaense, a brava luta de um cidadão que não se curvou aos trovões e tempestades que sobre ele se abateu, num tempo de acovardamento geral quando resistir era, para muitos, um ato de loucura.

Aproveito também para, neste momento, comunicar aos Senhores Deputados, à Casa, à imprensa e aos presentes que a minha querida Ibiporã estará fazendo 50 anos, no próximo dia 8, de Emancipação Política e Administrativa. Para nós que convivemos, e que vivemos o dia-a-dia naquela comunidade é um fator extremamente importante. Eu, que fui Prefeito, Vereador e Presidente da Câmara, embora não lá tenha nascido, fui acolhido como muitos da nossa comunidade do norte do Paraná que nos acolhem.

Hoje, quando estamos celebrando os seus 50 anos é importante trazer alguns dados à mente. As terras ibiporãenses foram primeiramente visitadas por volta de 1951 ainda pela "picada" autorizada pelo então Barão de Antonina, que recebendo as terras próximo ao Paranapanema

como doação fez com que no aldeamento São Pedro de Alcântara, isto já as margens do Rio Tibagi, já então povoado conhecido como Jataizinho. Jataí! Fez ali uma expedição. Oportunidade em que logo em 1959 teve retratado os passos de civilização pelo aldeão, Frei Timóteo que ministrava os conhecimentos da fé cristã aos povos tupi-guaranis. Esta expedição do Barão de Antonina tinha por objetivo chegar até uma parte navegável do Rio Tibagi, atingir o Panema e do Panema atingir o Mato Grosso. Foi uma expedição de sucesso em 1.920, as terras ibiporâenses efetivamente começaram a ser conhecidas e puderam ser ampliadas com a construção sobre o Rio Tibagi, da ponte e em 1.935 constituída a empresa Melhoramentos do Norte do Paraná. Então, tendo à frente o Engenheiro, homem que teve repercussão no Oeste do Estado do Paraná, especialmente em Francisco Beltrão, que foi o Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, fundador de Ibioporã e depois, Alexandre Beltrão que por longos anos foi prefeito da capital do nosso Estado no período de 40 e 45.

Essa passagem dos irmãos Beltrão a Ibioporã, deixou-nos um legado extremamente importante, numa cidade que desde cedo buscou conhecer a sua cidadania, a sua importância dentro da região e hoje, fazendo parte da grande Londrina, constitui-se no instrumento de consciência e formação da nossa gente.

Aqui registro o cinquentenário da Cidade de Ibioporã, e aproveito para convidá-los para as festividades que serão realizadas dia 9, a partir das oito e trinta horas.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PT com a palavra. Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebi na semana passada, uma correspondência do SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná que me deixou indignado e a toda a bancada do nosso partido.

Esse documento dirigido ao Sr. Edson L. Vidal Pinto, Secretário da Justiça do Estado do Paraná, vem assinado pelo Presidente do Sindicato, Sr. Juarez Nicolino de Assis, e relata os absurdos a que são submetidos os funcionários do Estado do Paraná na penitenciária do Estado.

Vou ler trecho do documento para que os Senhores Deputados entendam com mais clareza o que vem acontecendo ao arrepio da lei na penitenciária do Estado.

"Sem o escudo de portaria ou qualquer outra norma, a unidade penal dirigida pelo requerido, estabeleceu um critério de revista vexatório, desumano, caracterizado por: a) os agentes penitenciários que trabalham em escala de 24 por 48 horas, das três turmas que obedecem rotina, são submetidas a uma revista geral e intitulada de revista "pelada" que consiste em fazer com que os servidores ao se apresentarem para o trabalho se desnudem completamente, ficando vestidos apenas de cuecas; b) em alguns casos, dependendo do estado de espírito do inspetor, o desnudamento é completo, inclusive com a exigência de que os servidores façam agachamentos sob as vistas de outras pessoas servidoras. Tais revistas feitas com severidades e até violência pelos comandados referidos, permite o dilaceramento de carteiras, maços de cigarros e vasculham locais íntimos".

Só por essas questões acho que é uma coisa que nos choca a todos.

O Senhor Secretário já está sabendo pelo próprio documento a ele encaminhado e estamos entrando com um requerimento pedindo informações ao Sr. Secretário para que nos esclareça se alguma portaria que permita tais atitudes autoritárias, atitudes que ofendam a dignidade das pessoas, dos funcionários do Estado do Paraná, cidadãos deste Estado e que ofendem os direitos humanos.

A própria legislação brasileira e inscrita na Carta Magna deste país, no inciso IV do Artigo 3º, informa ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Mais ainda, o inciso III do Artigo 5º da Lei Maior adverte que: "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento desumano, nem degradante". Diz também no inciso II do mesmo artigo que: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".

Por maiores que sejam os problemas de uma penitenciária não há nenhuma justificativa para tal tratamento. Sabemos que problemas de tóxicos existem também na sociedade paranaense ou em qualquer sociedade e não é por isso que pessoas que entram num bar devem ser submetidas a tal tratamento por suposição de que possa estar havendo qualquer tipo de atitude prejudicial à sociedade.

Os próprios signatários desse documento não se recusam a serem revistados mas de forma minimamente digna e nós apelamos a este Plenário, aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente, ao governo do Paraná e particularmente ao Senhor Secretário Edson L. Vidal Pinto que puna exemplarmente servidores que extrapolam os seus pequenos poderes para mostrar uma face cruel da sociedade. Lembro-me de um artigo famoso na Folha de São Paulo, quando um dos jornalistas diz que o autoritarismo se revela às vezes nas atitudes daqueles que têm um micro poder, um pequeno poder. Nós vencemos o autoritarismo, lutamos para isso durante vinte anos e não podemos aceitar que em nosso Estado estejam acontecendo atitudes bárbaras por parte de funcionários do escalão maior contra seus subordinados.

Por isso deixamos o nosso protesto em nome da bancada do PT, nossa solidariedade aos servidores submetidos a esse tratamento e aos sindicalistas representantes que com dignidade e altivez estão defendendo os interesses de sua categoria.

Para concluir, o Deputado Luiz Carlos Zuk fez um pronunciamento importante nesta tribuna, que pese uma série de medidas para Ponta Grossa e se tem tomado certas medidas, vai à imprensa dizer que veta uma lei pelo simples fato de ser aprovada por vereadores do PT e tudo o que for do PT ele veta. Apesar disso, eu acho que acima do prefeito está o interesse da cidade. O povo e a Cidade de Ponta Grossa permanece independente do prefeito que de 4 em 4 anos é eleito pelo povo.

Eu acho que a nossa função é representar os interesses de Ponta Grossa e todos devemos nos dar as mãos para defender esse interesse. Isso eu tenho feito, mas o prefeito tem nos criticado nas rádios da cidade, dizendo que nós, Deputados não temos conseguido levar recursos para Ponta Grossa como se fosse problema nosso isso. Aprovei um milhão de reais no último orçamento, infelizmente o Governador Lerner não liberou nada para Ponta Grossa até agora, a não ser (tinha uma emenda do Deputado Plauto) uma estrada secundária em Ponta Grossa.

Mas nós, em defesa dos interesses de Ponta Grossa e dos Campos Gerais temos que nos dar as mãos, independente de nossas divergências político-partidárias e ideológicas.

Essa tem sido a minha conduta desde que me elegi deputado. Na próxima semana vou fazer um pronunciamento nesta Casa fazendo um apelo em nome da região dos Campos Gerais aos demais deputados que defendem a nossa região, não apenas o Luiz Carlos Zuk, mas o Plauto M. Guimarães, à minha pessoa, mas o Deputado Remy Borsato, Tachy. Nós sabemos que os Campos Gerais é uma região natural do Paraná de extraordinária beleza e que os municípios que integram os Campos Gerais são mais do que os municípios que integram a chamada Região dos Campos Gerais que é uma Região Administrativa. Campos Gerais enquanto paisagem natural é uma faixa que se estende do sul ao norte do Paraná, na região um pouco mais a leste do Estado e faremos um pronunciamento sobre uma idéia que temos. Vamos pedir solidariedade e apoio não só do prefeito e dos demais municípios e dos Deputados que representam a Região dos Campos Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra a Liderança do PTB, concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Carlos Romanelli, transferida para o dia de amanhã o pronunciamento do ilustre Deputado.

Liderança do Governo. Encerrado o horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 05 (cinco) de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kiese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, denomina Costa Oeste a Rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 098/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Costa Oeste a Rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra.

Parágrafo único - Fica excetuado da denominação descrita pelo art. 1º desta lei, o trecho entre Esquina Céu Azul - Santa Helena, já denominada Rodovia Prestes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.1997.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALTEIR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 201/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, fica denominado Colégio Estadual Antonio Tortato - Ensino de 2º Grau, o atual Colégio Estadual de Paracaty - Ensino de 2º Grau. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 64, de 07.05.97.)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 264/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura a propriedade do imóvel, registrado sob a matrícula nº 15137 do registro de imóveis da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 91, de 09.06.97.)

PROJETO DE LEI Nº 264/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurada, nos termos do art. 8º, da Lei nº 11.272, de 21 de dezembro de 1995, a propriedade do imóvel registrado sob a matrícula nº 15137, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.10.1997.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Octávio Cesário Pereira Junior. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 132, de 26.08.97.)

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 016/97, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Pericles Mello Angelo Vanhoni, Irineu Colombo, Florisvaldo Fier e Emerson Nerone, que autoriza a realização de plebescito na reserva indígena apucaranhina, para que a população decida sobre a transferência da área para o Município de Londrina. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97.)

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera os artigos 2º e 3º da lei nº 11.685, de 17 de fevereiro de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 214/96, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 214/97.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que unifica a Central de Atendimento Telefônico de Emergências de 3 (três) dígitos do Estado, no número 190. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/97, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que torna obrigatório a implantação de placas educativas para a preservação da Fauna em Rodovias Municipais e Estaduais que circundam áreas de reserva ambiental permanente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M. E C.O.P.T.C.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de nº 01 de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 288/97

EMENDA DE PLENARIO DE Nº 01

Emenda ao Parágrafo único do Art. 1º e ao Art. 2º do Projeto de Lei nº 288/97, que "Torna obrigatório a implantação de placas educativas para preservação da fauna em Rodovias municipais e estaduais que circundam áreas da reserva ambiental permanente", que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

"Parágrafo Único - Para fins desta lei, considerar-se-á placas educativas os avisos de aproximação de reserva ecológica, existência de animais silvestres na área, risco de incêndio na área e a necessidade de ter velocidade compatível com o local, para melhor segurança e educação no trânsito das referidas áreas.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e à Secretaria de Estado dos Transportes - SEET e Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação."

Curitiba, quarta, em 05.11.97

Art. 3º -

Sala das Sessões, em 05.11.97.

(a) IRONDI PUGLIESI.

Apoiamto: Neivo Beraldin, Júlio Ando, Cesar Seleme e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A emenda por nós proposta, vem de encontro à recomendação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cujo chefe do Departamento de Unidades de Conservação, através de documento (via fax) endereçado a esta parlamentar, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei, sugerindo as alterações por nós propostas.

Desta forma justificada, esperamos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Aprovada a Emenda, será incorporada no Projeto, e encaminhado à CCJ para apreciação.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que cria o Pólo Agro-Industrial na Região Noroeste do Estado do Paraná, liderado pelo município de Paranavai e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que cria um Pólo da Produção da Seda, liderado pelo município de Nova Esperança, com os objetivos que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre Enquadramento dos Funcionários Públicos Estaduais que se encontram em desvio de função em órgãos policiais civis do estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 114, de 05.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 320/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei em questão que dispõe sobre enquadramento dos Funcionários Públicos Estaduais que se encontram em desvio de função em Órgãos Policiais Civis do Estado do Paraná, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury vem preencher uma lacuna administrativa ao mesmo tempo em que corrige distorções e melhora o desempenho dos órgãos públicos. Em destaque ficam habilitados a enquadramento no cargo de Investigador de Polícia - 5ª Classe, todos os funcionários públicos estaduais que se encontram em desvio de função, há mais de três anos, desempenhando atividades das carreiras enumeradas no art. 13, da Lei Complementar nº 14, de 16 de maio de 1982, em Órgãos Policiais Civis do Estado do Paraná. Além desta instrumentalização legal, o presente projeto avança ainda mais em suas lúcidas propostas exigindo ao funcionário em pauta a prestar concurso interno e posteriormente cursar a Academia de Polícia Civil do Estado.

Diante de um Projeto de Lei de significado avanço administrativo e coerente somos pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 330/97

P A R E C E R :

RELATORIO

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o pre-

sente Projeto de Lei tem por finalidade dispor sobre o enquadramento dos funcionários públicos estaduais em desvio de função em órgãos policiais civis do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça quanto ao aspecto legal constitucional e regimental.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende a importância da presente proposição, tendo em vista as melhorias que a aprovação do mesmo trará não só no desempenho da atividade policial, como no combate a violência em nosso Estado.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.97.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator.

O SR. PERICLES MELLO (Pela Ordem) - Nós queremos manifestar o voto contrário a legalidade do Projeto, a bancada do PT vota contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado o voto contrário da bancada do PT.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/97, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que cria o Polo Regional de Desenvolvimento da Indústria de Artefatos de Cerâmica, com sede e foro no município de Paranapoema e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C. Aprovado. (Publ. no DA nº 116, 06.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/97

P A R E C E R :

Objetivando a criação de Pólo Regional de Desenvolvimento da Indústria de Artefatos de Cerâmica, com sede e foro no município de Paranapoema, a nobre Deputada Irondi Pugliesi apresentou o Projeto de Lei nº 342/97.

O referido Projeto de Lei obedece as normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e está embasado em justificativa convincente. Analisando o mesmo, esta Comissão não encontrou qualquer óbice à sua normal tramitação.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAITO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 342/97

P A R E C E R :

Analisando o Projeto de Lei nº 342/97, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, que cria o Pólo Regional de Desenvolvimento da Indústria e Artefatos de Cerâmica com sede e foro no município de Paranapoema, integrando os Municípios de Santo Antônio do Caiuá, Inajá e Jardim Olinda, que já conta com parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, deparemos com algumas dúvidas no artigo 3º, visto que o mesmo da forma em que foi redigido, contraria o artigo 68 da Constituição Estadual, visto que vai gerar despesas aos cofres públicos.

Assim sendo, nada temos em contrário quanto a tramitação do mesmo, visto o grande alcance social, que visa propiciar melhores condições de emprego a população daquela região, mas deixamos a critério do Plenário, para que discuta o mérito da questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.97.
(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
RENY BOSATTO - Relator.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui o Fundo Especial para Reparação de Interesses Difusos Lesados, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., Aprovado. (Publ. no DA nº 119, de 12.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo instituir o Fundo Especial para Reparação de Interesses Difusos Lesados.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Apresentamos parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 04.11.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 361/97

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID), previsto no art. 13 da Lei 7347 de 24 de julho de 1985, e nos termos do art. 100, parágrafo único, da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 e art. 29 do Decreto 2181 de 20 de março de 1997.

§ 1º - O FEID, instrumento de natureza contábil, gerido por um Conselho Estadual, tem como finalidade a prevenção e a reparação dos danos causados ao consumidor, ao meio ambiente, a bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração a ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

§ 2º - Os valores arrecadados pelo FEID poderão também ser utilizados no aparelhamento dos órgãos de defesa dos interesses difusos, promoção de eventos educativos e científicos, bem como na edição de material informativo relacionado com a natureza da infração ou dano causado.

Art. 2º - Constituem receitas do FEID:

I - Indenizações oriundas de condenação pelos danos mencionados no art. 1º e multas decorrentes do descumprimento de decisões judiciais pertinentes a ofensas perpetradas a direitos difusos e coletivos;

II - Multas, administrativas e as provenientes do não cumprimento de obrigação assumida em compromisso de ajustamento de conduta, firmado perante órgãos públicos legitimados do Estado;

III - Transferências orçamentárias provenientes de entidades públicas;

IV - Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - Parcelas de compensação financeira estipulada no art. 20 § 10, da Constituição Federal destinada aos Estados;

VI - Recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordo entre governos;

VII - Outras receitas que lhe forem destinadas por

lei, regulamento, acordo ou convenção.

§ 1º - Os recursos a que se refere este artigo serão depositados em conta especial de Banco Oficial Estadual, específica para tal fim.

§ 2º - É autorizada a aplicação das disponibilidades do Fundo em operações ativas de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - Os valores arrecadados nas condenações judiciais, de que tratam os arts. 11 e 13 da lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985, bem como os arrecadados com aplicação de multa, serão destinados e assegurados com prioridade, aos órgãos oficiais legitimados do Estado que promoveram a ação ou aplicaram a multa.

Art. 3º - Fica criado no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Conselho Estadual Gestor do FEID (CEG-FEID), com competência para:

I - zelar pela utilização dos recursos na reconstituição, reparação e preservação dos bens lesados no próprio local onde o dano tiver ocorrido;

II - aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender as finalidades do Fundo;

III - examinar e aprovar projetos destinados a reconstituição, reparação e preservação de bens lesados cuja execução se dará com recursos do Fundo.

IV - promover atividades e eventos que contribuam para divulgação da cultura, da proteção ao meio ambiente, do consumidor, da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos;

V - prestar contas aos órgãos competentes na forma da Lei.

Art. 4º - O CEG-FEID será integrado pelos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que o presidirá;

II - um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

III - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - um representante da Secretaria de Estado da Cultura;

V - um representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;

VI - um representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;

VII - um representante da Secretaria de Estado da Saúde, vinculado a área de vigilância sanitária;

VIII - um representante do Ministério Público Estadual do 2º grau;

IX - três representantes de entidades que atendam os requisitos dos incisos I e II do art. 5º da Lei 7.347/85.

§ 1º - Para a primeira composição do CEG-FEID, o Secretário de Estado da Justiça e Cidadania disporá sobre os critérios de escolha das entidades a que se refere o inciso IX deste artigo.

§ 2º - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da

primeira reunião o CEG-FEID providenciará a elaboração de seu regimento interno.

Art. 5º - A participar no CEG-FEID é considerada serviço público relevante, vedada sua remuneração a qualquer título.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica o Poder Executivo autorizado a ressarcir as despesas com transporte, estadia e alimentação dos membros do Conselho, na forma da Lei.

Art. 6º - O Governador do Estado regulamentará esta Lei dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/97, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Fundação Fontana, com sede no município de Mariópolis e foro na comarca de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 565/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Fontana, com sede no Município de Mariópolis e foro na Comarca de Clevelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIQUEIRA - Relator.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/97, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 10.000.000,00, para execução de programa Pró-saneamento, na modalidade PROSANEAR.

NEAR, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 588/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa autorizar o mesmo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 10.000.000,00 para execução do programa Pró-saneamento, na modalidade PROSANEAR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 096/97, que aprova ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 621/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica ajustado o Programa de Obras do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.97.

(a) PODER EXECUTIVO

RESUMO		ANEXO I		PL. 11	
DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	DA	VALOR	
		DESPESA	PONTE ILDEI		
3900	MINISTERIO PUBLICO				
3901	MINISTERIO PUBLICO				
3902	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO	1411.51	00	618.000	
TOTAL				618.000	

RECURSOS		ANEXO III		PL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	PONTE ILDR	VALOR	PROG
0900	MINISTERIO PUBLICO				
0901	MINISTERIO PUBLICO				
0902	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO	4490.51	00	618.000	1941
TOTAL				618.000	

RECURSOS		ANEXO III		PL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROG	
0900	MINISTERIO PUBLICO				
0901	MINISTERIO PUBLICO				
0902	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO				
0903	CONSTRUCAO SEDE DO MINISTERIO PUBLICO NO COMPLEXO CENTRO CIVICO A	00	618.000		
TOTAL		TES	618.000		
		O P			

RECURSOS		ANEXO III		PL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROG	
0900	MINISTERIO PUBLICO				
0901	MINISTERIO PUBLICO				
0902	ADMINISTRACAO DOS SERVICOS DO MINISTERIO PUBLICO				
0903	CONSTRUCAO DE PROMOTORIA DE JUSTICA A	30	123.600		
0904	CONSTRUCAO DE PROMOTORIA DE JUSTICA A	00	123.600		
0905	CONSTRUCAO DE PROMOTORIA DE JUSTICA A	00	123.600		
0906	CONSTRUCAO DE PROMOTORIA DE JUSTICA A	00	123.600		
0907	CONSTRUCAO DE PROMOTORIA DE JUSTICA A	00	123.600		
TOTAL		TES	618.000		
		O P			

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 621/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar ajuste ao valor de R\$ 613.000,00 ao vigente orçamento do Ministério Público.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 621/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 096/97, objetiva aprovar ajuste no valor de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), ao vigente orçamento do Ministério Público.

Sobre a matéria existe o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, observamos não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Esclarecemos ainda, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 2611, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2617, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2618, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2619, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2621 e 2622, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2625 a 2627, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2628, de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2629 a 2631, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2632, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, com apoio do Senhor Deputado Péricles Mello. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2633 e 2634, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2636 e 2638, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2646, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2648, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2649 a 2682, de autoria do Se-

nhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2684, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2685, de autoria do Senhor Deputado Júlio Ando, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2687, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2688, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2689, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2635 e 2623, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2645 e 2647, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2686, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2690, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2692, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2691, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Comunico aos Senhores Deputados que amanhã logo após a sessão ordinária, teremos uma sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/97.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 520/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 330, 342, 361,

565, 588 e 621/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 385, 491, 544, 545, 546, 547, 586, 587 e 605/97.

Marco ainda uma sessão extraordinária, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 025, 026 e 027/97.

Levanta-se a sessão.